



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RONALDO PEREIRA SOUZA

EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES

CAMPINAS
Faculdade de Educação
2023

RONALDO PEREIRA SOUZA

EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação, da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Educação na área de concentração Educação.

Orientador: Luciano Pereira

Este trabalho corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Ronaldo Pereira Souza e orientada pelo prof. Dr Luciano Pereira.

CAMPINAS
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

So89e Souza, Ronaldo Pereira, 1980-
Educação e agroecologia no assentamento Dois Riachões / Ronaldo Pereira Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Luciano Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Ecologia agrícola. 3. Camponeses. 4. Assentamentos humanos. 5. Reforma agrária. 6. Movimentos sociais. I. Pereira, Luciano, 1973-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Education and agroecology in the settlement Dois Riachões

Palavras-chave em inglês:

Education

Agroecology

Peasants

Human settlements

Land reform

Social movements

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora:

Luciano Pereira [Orientador]

Dirce Djanira Pacheco e Zan

Marcelo de Albuquerque Vaz Pupo

Data de defesa: 30-06-2023

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do aluno

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7788-5589>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8245757401545957>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

DISSERTAÇÃO

EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES

RONALDO PEREIRA SOUZA

COMISSÃO JULGADORA:

Orientador: Prof. Dr. Luciano Pereira

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan

Prof. Dr. Marcelo de Albuquerque Vaz Pupo

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2023

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe, Aledy Alves, ela mesmo sem saber ler ou escrever e sem conhecer a teoria freiriana conseguiu me ensinar a ler o mundo: “Mainha como a senhora sabe se a casa é para vender ou se é para alugar, se a senhora não sabe ler?” “Se as duas perninhas estiverem para cima é pra Vender, se estiverem para baixo é para Alugar.” E assim, fazendo a leitura do mundo, comecei a ler as primeiras palavras.

Dedico a Francisco Rogério que me aceitou como filho e me deu um nome, e aos meus irmãos Elane Patricia e Luciano Souza, que me acompanharam durante toda jornada; agradeço aos meus irmãos gêmeos Roberto e Robson, este último, que ainda adolescente entrou na estatística da migração de populações que saem da região nordeste para o sudeste em busca de melhores condições financeira. Separação que me obrigou a fazer meus primeiros questionamentos sociopolíticos metaforizados nas regras gramaticais as quais dizem que os dígrafos devem ficar separados, e como uma espécie de crítica ao modelo social, me recusei a separar o dígrafo ‘rr’ (Roberto e Robson).

Dedico à minha tia Aledilva, In memoriam, aos meus primos(as), sobrinhos(as) e aos demais tios, tias e parentes amigas e amigos.

AGRADECIMENTOS

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Agradeço ao professor orientador Luciano Pereira, pois foi ele quem me oportunizou este universo de conhecimento e aprendizado ofertado no mestrado e agradeço, também, pela sua dedicação, pois sem seu companheirismo não seria possível êxito, já que foi ele que, em todos estes momentos, provocou-me e fez-me refletir sobre as leituras e direcionou-me ao aprendizado durante a escrita desta dissertação.

Agradeço aos professores e professoras da Unicamp que tive o privilégio de conhecer.

Agradeço ao Edvaldo Neves representando as pessoas do Assentamento Dois Riachões e do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia – CETA.

Agradeço à Claudia dos Reis e Viviani Bergamaschi, representando o administrativo da Pós-graduação da Faculdade de Educação - FE.

Agradeço ao Érico Veríssimo, representando todo corpo administrativo da Unicamp, em especial o da Faculdade de Educação - FE.

Agradeço às amigas e amigos que ganhei nessa etapa da vida, permito citar Luci Micaela, representando todas as pessoas que tive a honra de conhecer.

Agradeço, ainda, ao Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), por todos os benefícios (alimentação/moradia), que me permitiu viver em Campinas SP.

Agradeço ao Serviço de Assistência Psicológica e Psiquiátrica ao Estudante (SAPPE), que ajudou com minha saúde emocional.

Agradeço ao Sistema de Bibliotecas da UNICAMP (SBU), que me permitiu o acesso a uma quantidade ilimitada de conhecimentos por meio de consulta e empréstimo de livros e outros materiais de pesquisas.

Agradeço às pessoas que sempre me apoiaram ou me provocaram a estudar.

Agradeço aos terceirizados que trabalhavam ou trabalham na Unicamp.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre educação e transição agroecológica, desenvolvida pelos camponeses no seu ambiente de moradia e trabalho, isto é, o assentamento de reforma agrária denominado Dois Riachões, localizado em Ibirapitanga-BA, o qual desde a ocupação é organizado pelo movimento CETA, um movimento social de camponeses da Bahia. Por meio de observações do cotidiano dos assentados e de entrevistas semiestruturadas, verificamos e compreendemos o processo de construção do saber agroecológico e de suas relações com os saberes populares dos camponeses e com a educação popular e formal. Argumentamos que o conjunto de ações e princípios agroecológicos é atravessado por uma racionalidade coletiva da comunidade assentada. Os fundamentos e conceitos agroecológicos são praticados no cotidiano da comunidade, isto é, nas atividades de formação, nos mutirões, nas reuniões e assembleias e nos encontros de intercâmbio de experiências com agricultores de assentamentos próximos e de outras regiões da Bahia. A transição agroecológica é debatida e elaborada nos diálogos entre assentados mais experientes e sem formação acadêmica e assentados jovens e adultos que obtiveram certificados de cursos técnicos e de nível superior graças ao PRONERA e trazem o conhecimento acadêmico para o cotidiano do Dois Riachões. Entendemos que esse diálogo de saberes, articulado pelo movimento CETA, foi uma característica central da racionalidade coletiva do assentamento, o que lhe garantiu uma exitosa e exemplar transição agroecológica e uma referência na transição agroecológica, principalmente dos produtores de cacau e chocolate, no bioma da Mata Atlântica, no estado da Bahia.

Palavras-chave: educação; agroecologia; camponeses; assentamento de reforma agrária; movimentos sociais.

ABSTRACT

The aim of the research is to analyze the relationship between education and the agroecological transition developed by peasants in their living and working environment, that is, the agrarian reform settlement called Dois Riachões, located in Ibirapitanga-BA, which since its occupation has been organized by the CETA movement, a social movement of peasants in Bahia. Through observations of the daily lives of the settlers and semi-structured interviews, we verified and understood the process of construction of agroecological knowledge and its relationship with the popular knowledge of the peasants with popular and formal education. We argue that the set of agroecological actions and principles are permeated by the collective rationality of the settler community. The foundations and concepts of agroecology are practiced in the daily life of the community, that is, in training activities, joint efforts, meetings and gatherings and in meetings to exchange experiences with farmers from nearby settlements and from other regions of Bahia. The agroecological transition is debated and elaborated in dialogues between more experienced settlers with no academic training and young settlers who have obtained certificates in technical courses and higher education thanks to PRONERA and bring academic knowledge to everyday life in Dois Riachões. We understand that this dialogue of knowledge, articulated by the CETA movement, was a central characteristic of the collective rationality of the settlement, which guaranteed it a successful and became an example of agroecological transition, especially for cocoa and chocolate producers, in the biome of Atlantic Forest, in the state of Bahia.

Keywords: education; agroecology; peasants; agrarian reform settlement; social movements.

LISTA DE MAPAS, FIGURAS E FRAMES

Mapa 1 - Mapa das regiões administrativa da Bahia.	38
Figura 2 - Logotipo do movimento CETA.	43
Frame 3 - Colheita do cacau.	77
Frame 4 - Ruma de cacau.	77
Frame 5 - Quebra do cacau.	78
Frame 6 - Descarçoando as amêndoas do cacau.	78
Frame 7 - Amêndoas do cacau para transporte nos animais.	79
Frame 8 - Transporte das amêndoas de cacau para a sede.	79
Frame 9 - O cacau chega à sede.	80
Frame 10 - Cocho onde as amêndoas do cacau permanecem sete dias.	81
Frame 11 - Cacau no cocho.	81
Frame 12 - Estufa solar.	82
Frame 13 - Cacau na estufa.	83
Frame 14 - Marca do chocolate produzido no assentamento.	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais.
APP – Área de Preservação Permanente.
ARL – Área de Reserva Legal.
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental.
CESE – Centro Ecumênico de Serviço.
CETA – Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia.
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
CJP – Comissão de Justiça e Paz.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.
EJA – Educação para Jovens e Adultos.
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes.
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
GEMACAU – Grupo Especial de Mediação de Conflitos Agrários.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MLT – Movimento de Luta pela Terra.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PA – Projeto de Assentamento.
PT – Partido dos Trabalhadores.
SAF – Sistemas Agroflorestais.
SECULTBA – Secretaria de cultura do estado da Bahia.
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Prонера – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
RACASUL – Rede de Associação Comunitária do Sul da Bahia.
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz-BA
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco-PE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	15
1.1 Sujeito histórico camponês	15
1.2 Sobre educação	16
1.3 Educação do campo	18
1.4 Agroecologia	23
1.5 Educação e agroecologia	26
1.6 Das entrevistas com agricultores no Assentamento Dois Riachões	31
1.7 Caracterização dos entrevistados	34
CAPÍTULO II - O CHÃO DA PESQUISA: ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES	38
2.1 Contextualização histórica do sul da Bahia	38
2.2 O movimento CETA	40
2.3 O Assentamento Dois Riachões	44
2.4 Fundação da Associação do Assentamento Dois Riachões	49
2.5 Agroecologia como projeto político	56
Capítulo III RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA	63
3.1 Racionalidade coletiva	63
3.2 Educação no assentamento	68
3.3 Os SAFs e a nova cabruca	72
3.4 A colheita do chocolate	76
3.5 Da visita de outros agricultores ao assentamento	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ENTREVISTAS PRESENCIAIS	98
ENTREVISTAS ON-LINE	98

INTRODUÇÃO

Começo a primeira parte desta introdução na primeira pessoa do singular para narrar as experiências vivenciadas por mim a partir da época em que estava na graduação e que motivaram a minha escolha pelo tema desta dissertação.

Durante os dois últimos semestres de 2012, do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, em Ilhéus - BA, renunciei à bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID para entrar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Este último programa, despertou minha vocação para a pesquisa. Neste participei do projeto intitulado “Velhice e analfabetismo nas áreas rurais dos municípios de Ilhéus e Itabuna, BA”, no Projeto de Assentamento (PA) Terra a Vista, no município de Arataca, BA, onde conheci a educação do campo, a agroecologia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Formado em Ciência Sociais, trabalhei como técnico extensionista na Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - Seagri, do estado da Bahia, no órgão Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, no programa do governo federal de Assessoria Técnica, Social, Ambiental à Reforma Agrária – ATES, que tinha como objetivo construir nos assentamentos maior capacidade de organização social e produtiva, em sintonia com a valorização das questões ambientais. Essa experiência laboral, nos anos de 2013 a 2015, foi a oportunidade que tive para conhecer também outros assentamentos, assim como outras formas de organização e a atuação dos movimentos de luta por reforma agrária e justiça social como o Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia – CETA.

No início de 2019, cheguei na Universidade Estadual de Campinas e, logo nas primeiras semanas, notei que muito se comentava sobre o MST, por isso, fiz uma busca no Sistema de Biblioteca Da Unicamp - SBU, o que confirmou a existência de muitas pesquisas sobre este movimento. Depois, pesquisei sobre o CETA no mesmo sistema do SBU, e encontrei apenas uma tese. Já no banco de teses da CAPES, foram encontrados 1810 resultados sobre o MST e apenas 5 sobre o CETA. A importância do movimento não se reflete no número de pesquisas, haja vista que, entre os movimentos sociais de luta por reforma agrária, o CETA é o que possui maior número de acampados e assentados, no estado da Bahia. O objeto

dessa pesquisa é o Assentamento Dois Riachões, que é organizado pelo movimento CETA desde a fase de ocupação da terra. A razão dessa escolha se deve ao fato de conhecer a história de luta desde o começo do acampamento, pois moro na região onde o assentamento está situado, cerca de 20 km da minha cidade natal, Ubatã, além disso, nos últimos anos da década de 2000, percebi o quanto o assentamento destacou-se por sua organização social a fim de alcançar a transição agroecológica, o que me provocou a conhecer como esse assentamento obteve êxito.

A partir de agora, começamos a escrever a dissertação na primeira pessoa do plural.

Nosso objetivo, nesta pesquisa, é compreender as relações entre educação e agroecologia, no Assentamento Dois Riachões. Nossa hipótese é a de que a racionalidade coletiva, que é a dinâmica organizacional e cultural que o assentamento construiu de modo coerente e centrada em objetivos comuns, contribuiu para que o assentamento fosse bem sucedido na transição agroecológica.

O assentamento integrou a educação em seu cotidiano, ou seja, a formação se dá em todos os lugares do assentamento: nas oficinas, nos intercâmbios entre agricultores que visitam os Dois Riachões, nas assembleias, nos mutirões, na cabruca, nas hortas, na sede, na cooperativa, nas feiras agroecológicas, nas atividades da associação e, por fim, na escola.

A forma de pensar e agir a partir dos interesses comuns, que é a racionalidade coletiva, possibilitou a organização dos mutirões, nos quais participaram assentados de todos os lotes. Tal organização consiste em reunir os moradores, que são convidados por alguma liderança, com o objetivo de fazer determinada atividade com mais rapidez e eficiência, como, por exemplo, a colheita do cacau. O que levaria em média uma semana para ser realizado, com o mutirão pode ser feito em apenas um dia, além do ganho de tempo, o trabalho coletivo motiva os agricultores a trabalhar na terra com mais entusiasmo e menos cansaço físico, pois quando trabalham em grupo podem conversar e cantar, o que torna o trabalho mais leve e dá a sensação de que o tempo passa mais rápido e o trabalho não seja tão cansativo.

A dissertação é dividida em três capítulos, além da introdução e considerações finais.

O capítulo I é formado pela fundamentação teórico-metodológica, pelo sujeito histórico camponês, pela conceitualização da educação, da agroecologia e pela apresentação e caracterização dos agricultores por nós pesquisados

No capítulo II, realizamos uma breve contextualização da região Sul da Bahia, narramos a história do movimento CETA, e do Assentamento Dois Riachões desde da época de acampamento a partir do relato dos camponeses e dos dirigentes os quais mostram que os processos de formação do camponês se dão na luta política.

No capítulo III, analisaremos a racionalidade coletiva no cotidiano dos assentados e as experiências educacionais vivenciadas na práxis da educação e da agroecologia tendo em vista os trabalhos desenvolvidos nos SAFs que vão da nova cabruca ao chocolate, trabalho esse que desperta em agricultores de outras regiões atenção e o desejo de conhecer a agroecologia.

Nas considerações finais, sintetizamos os resultados obtidos a respeito das relações entre educação e agroecologia e de como a racionalidade coletiva contribuiu para consolidação da transição agroecológica, no assentamento.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1 Sujeito histórico camponês

A fundamentação teórico-metodológica se baseia na perspectiva marxista que defende que o modo de produção e as relações de produção devem ser analisados em cada formação social. Nas palavras de Silva, no materialismo histórico-dialético

[...] se faz necessário a realização de um movimento entre o geral e o particular, mediado por um aspecto particular da realidade concreta. Este objeto real, investigado, se depara com o processo de interpretação e de possível transformação da sociedade vivida pelos homens, conforme sua natureza sócio-histórica. O conhecimento pensado pelo teórico Karl Marx, no século XIX, resulta da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, consistindo na representação mental de um objeto concreto. O método resulta de uma abstração mental de determinada parcela da realidade social externa, passando a ser representada internamente, pelo pensamento do sujeito conhecedor dessa realidade. (SILVA, 2017, p. 24).

A partir da teoria desenvolvida por Marx e Engels, que tem como uma de suas características o posicionamento e o conflito entre classes, analisamos o nosso objeto concreto, isto é, o camponês, sujeito histórico que é parte de um conflito de classe, que manifesta, dentre outras questões, na luta pela reforma agrária.

Para os teóricos socialistas, o conflito de classe é a materialidade do processo histórico.

Em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX & ENGELS, 1987, p. 37).

Assim, a realidade social deve ser tratada como uma realidade histórica, isto é, as relações sociais são passíveis de mudanças, dentre outras causas, pela luta e resistência dos movimentos sociais. No caso em tela, o campesinato é, ao mesmo tempo, resultado e produtor das transformações históricas. A organização política dos camponeses, que se traduz em movimentos sociais, sindicatos, ações coletivas locais, auto organização no assentamento, ações direta de ocupação de terra formam manifestações da presença camponesa na história.

1.2 Sobre a educação

Ao teorizar sobre a educação no Assentamento Dois Riachões, usamos como base metodológica a teoria de Paulo Freire, a qual buscamos refletir a partir do cotidiano do camponês o processo educativo. Procuramos analisar como se desenvolveu as concepções sobre as ações desse sujeito que assume o compromisso com a educação de diferentes gerações. Analisando os processos de formação, o estudo da realidade, mediado por uma racionalidade coletiva.

Ao contextualizar as aprendizagens às necessidades dos camponeses, é visível como o assentamento tornou-se um espaço que inclui a ciência no dia-a-dia tendo em vista a formação do camponês. A educação dialógica é a base pela qual se constrói a participação do camponês e do seu envolvimento na realidade ao seu redor.

Os movimentos sociais do campo voltam-se para o desenvolvimento de uma educação participativa e democrática como mecanismo de transformação social, e assim compreender a importância da realidade do camponês.

O termo educação, geralmente, é associado à escola e, às vezes, é pensado a partir da lógica do mercado, subserviente a empresas capitalistas, as quais precisam de mão de obra especializada para o trabalho, o que significa um retrocesso na construção do cidadão.

Por outro lado, esse cidadão é modificador da sua realidade e pode construir uma consciência autônoma, por meio de uma educação que abarque ações capazes de se constituir em sujeitos de seu processo de formação a qual ele está inserido, integralizando o processo educacional.

A partir da vivência do camponês, a educação é partilhada através da experiência dos agricultores, que acontecem na dinâmica diária, nas atividades do campo, tanto dentro, quanto externamente ao assentamento. O ideal é que esta educação navegue entre a prática e a teoria nas diversas formas de ensinar e aprender.

Como a educação está presente no cotidiano dos agricultores do assentamento por meio da partilha do conhecimento, e é consolidada como um projeto de resistência política. Essa educação permite que ao mesmo tempo em que se ensina a plantar e cultivar, também forma os sujeitos com suas especificidades

em razão da coletividade que abarque as diversas situações da formação. Freire apresenta uma

Educação que proponha aos educandos ou aproveite situações em que se experimente a força da unidade, a que se seguiriam situações em que se sublinharia o valor da unidade na diversidade. Nada que pudesse estimular o egoísmo, a falta de solidariedade, de companheirismo. Nada que trabalhasse contra a formação de séria disciplina do corpo e da mente sem a qual se frustram os esforços no sentido do saber. (FREIRE, 2021, p. 125).

Assim, foi possível compreender uma diversidade de situações e, nestas, a variedade da educação que está correlacionada aos momentos da vida do camponês, o que é apresentado como: educação informal, educação não-formal, educação popular e educação formal.

Na educação informal, o sujeito adquire e acumula conhecimentos por meio das experiências diárias, principalmente, em casa e no trabalho, já que o ensino e a aprendizagem acontecem espontaneamente, sem que parte dessas pessoas tenham consciência do processo de ensino/aprendizado, sendo que os saberes são compartilhados em meio a uma interação sociocultural.

A educação não formal é definida como uma modalidade educacional organizada e sistemática, que normalmente é realizada fora dos quadros do sistema formal de ensino. Esta tem o propósito de fazer, criar, capacitar ou sugerir o desenvolvimento de determinadas qualidades e/ou objetivos, atuando em diversas áreas, com a intenção de formar indivíduos com aprendizagem de habilidades e desenvolvimento dos seus potenciais. Gadotti nos diz que:

A educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à Educação Popular e à Educação Comunitária. (GADOTTI, 2005, p.03).

A pedagogia na educação não formal estabelece diversas conexões, entre a educação popular e a educação comunitária, já que todas elas possuem um propósito comum: trabalhar as habilidades humanas, em uma pedagogia ampla e diferenciada, para além das limitações impostas a um espaço restrito, a escola, permitindo que a educação se manifeste em todos os setores, principalmente, nas lutas sociais.

A educação popular tem como uma de suas principais características reconhecer a cultura e o modo de vida da realidade ao qual o sujeito está inserido, e

assim trabalhar a partir da realidade histórica, da organização política e social, o que faz dessa educação base para as práticas dialógicas que problematizam e constroem a realidade.

A educação formal é aquela que acontece nas instituições de ensino como escolas, institutos e universidades. No assentamento, essa educação dialoga com os saberes populares dos agricultores por meio da educação popular. Esse diálogo de saberes envolve homens e mulheres na construção do assentamento e, em especial, na transição agroecológica.

1.3 Educação do Campo

O termo Educação do Campo é formulado como lugar de vida e que está entrelaçado com o trabalho, que estabelece ressignificados aos saberes locais, os quais estão relacionados diretamente com a formação da classe camponesa e sua identidade sociocultural, desenvolvida na identidade de classe em sua relação com a natureza. (SANTOS; SOUZA; VIEIRA, 2022, p. 114-115).

Sobre o termo educação do campo, refere-se à reivindicação de que aqueles que vivem no campo tenham direito à educação pensada no campo e do campo, uma educação vinculada à cultura e às necessidades humanas e sociais dos povos do campo. Em outras palavras, “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 26, apud CALDART et al., 2012, p. 261).

Santos nos mostra onde começou essa educação com valores próprios da especificidade dos alunos do campo ele diz que:

Foi o setor de Educação do MST, junto com outros movimentos sociais, que começou a discussão em âmbito nacional, por uma educação diferenciada para os alunos do campo, que tivesse como elemento fundamental a cultura e os valores dos camponeses, que ficou conhecida como Educação do Campo. (SANTOS, 2013, p. 79).

Esse termo estabelece novos significados no cotidiano local, os quais estão relacionados diretamente ao modo de ser e de viver dos camponeses. Essa educação, é apropriado porque a palavra campo é formulada como um lugar onde as pessoas vivem e que está imbricado com os movimentos sociais de luta por

direitos e cidadania e reforma agrária já que segundo Mascarenhas, Santos e Marques:

A Educação do campo é uma forma de valorizar a cultura e os saberes dos camponeses e tem como finalidade a manutenção das condições de vida no seu território. Ao considerar as suas especificidades, faz-se necessário uma metodologia diferenciada, uma pedagogia voltada para atender às suas necessidades. (MASCARENHAS; SANTOS, A.; MARQUES, 2022, p. 98).

Mesmo com uma pedagogia diferenciada e efetiva a ideia que origina a educação do Campo no Brasil ainda é muito recente, surgida no século XX, com maior intensidade no final da década de 1990. É essencial que as lutas, principalmente, dos movimentos populares de luta por reforma agrária reflitam na sua prática social, que busque garantir direitos fundamentais aos trabalhadores do campo, de acordo com sua identidade e especificidade cultural.

Portanto, nas palavras da Roseli Caldart, a Educação do Campo:

Pode ser entendida como prática social, como conceito e concepção. Como prática social, assim chamada, a Educação do Campo tem data de início e localização geográfica: nasceu no Brasil e completou 20 anos em 2018. O batismo foi feito pelos sujeitos coletivos que, em determinado momento e contexto histórico, decidiram associar lutas e práticas em uma mobilização nacional pela construção de políticas públicas, capazes de efetivar este direito que é de todos. Direito humano ao acesso a diferentes formas de educação e direito social de participar da condução dos processos educativos. (CALDART, 2021, p. 356).

Portanto, a expressão “no campo”, refere-se ao direito do povo em ser educado no lugar onde habita e trabalha. Quanto ao termo “do campo”, reporta ao direito do povo em ter uma educação pensada, desde o seu lugar e com sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (ibid. CALDART, 2012). As expressões “no campo” e “do campo” devem se complementar, para que atendam às famílias assentadas e acampadas da região, assim como moradores das comunidades rurais e urbanas, no caso, que moravam próximas ao Assentamento Dois Riachões.

As famílias assentadas lutam não apenas por educação, mas pelo direito a uma educação voltada a sua cultura e costumes e assim desmistificar a concepção de que o meio rural é lugar de atraso. Essa concepção revela que novos conceitos e considerações daqueles que vivem no campo precisam ser reconstruídos e tirar de cena a concepção que relaciona os povos do campo ao atraso e/ou ao retrocesso. Pois tanto o campo quanto a cidade, são lugares de moradia, trabalho e lazer, apenas possuem especificidades diferentes que devem ser levadas em

consideração, principalmente, na formulação e implementação das políticas educacionais. O termo rural foi usado para situar o leitor geograficamente, veja que Marques relata que:

Somente a partir do final do século XX que a educação no meio rural no Brasil é encarada com mais seriedade, por conta das aceleradas transformações sociais e econômicas e, especialmente, pela luta dos Movimentos Sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses movimentos vêm problematizando as concepções do campo, como lugar do atraso ou lugar condenado à extinção. Nesse sentido, têm exigido que o Estado garanta os direitos sociais da população, como o direito à educação escolar de qualidade, vinculada aos modos de vida e expectativas dos povos do campo. (MARQUES, 2016, p. 04).

Fixado a ideia de campo ao invés de rural, apresentamos a educação “dos campos”, uma educação que apresenta várias possibilidades de significados e alcança diferentes povos e culturas, como camponeses, povos originários e quilombolas. Nesta pesquisa, foi utilizado, na maioria dos eventos, o termo educação do campo, como nos ensina Caldart (2020, p. 1), “A Educação do Campo (EdoC), tal como a constituímos e temos cultivado”, a qual remete a povos específicos que são os agricultores, assentados, acampados da reforma agrária.

A discussão entre os diferentes tipos de educação promoveu a compreensão da educação do campo. Sobre essa compreensão Caldart compartilha que:

Educação do Campo é o nome que, na atualidade, identifica e reúne diferentes lutas feitas pelo povo que vive e trabalha no campo para garantir seu acesso à educação pública. Acesso que lhe tem sido historicamente negado ou atendido de modo precário, quase sempre descolado de suas necessidades humanas e combinado com a negação de outros direitos que a evolução da humanidade instituiu como universais. (CALDART, 2021, p. 355).

A Educação do Campo tornou-se, nas últimas décadas, uma das principais bases para a reorganização de novas frentes de lutas, por segmentos sociais antes marginalizados, justamente por voltarem sua atenção para as questões do campo, como as lutas sociais por reforma agrária e educação. Com a educação foi possível compreender a realidade do campo e refletir sobre sua organização, a fim de formular novas formas de organização e luta, como nos mostra Caldart que diz que:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses

e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p.259).

Constatamos que tanto o Assentamento Dois Riachões quanto o CETA realizam um movimento a favor da ampliação do trabalho de base para fortalecer as lutas e reafirmar o projeto de Educação do Campo. Projeto construído nas últimas décadas pelos movimentos sociais de luta por direitos e reforma agrária, pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e por outros institutos e movimentos organizados. Segundo Mascarenhas, Santos e Marques, ao promover articulação com demais setores da classe trabalhadora, na qual:

A Educação do Campo surge como uma proposta não apenas educacional, mas de resistência, que valoriza a identidade do sujeito do campo. Almeja que seus ensinamentos estejam adequados à realidade e necessidade dos alunos do campo, que o calendário escolar esteja de acordo com o ciclo da agricultura, entre outras características. (MASCARENHAS; SANTOS, A.; MARQUES, 2022, p. 104).

A proposta da Educação do Campo e no Campo refere-se a uma educação própria, com características particulares dos povos do campo, com conhecimentos, marcadamente presentes no dia a dia e na forma de organização e de reivindicação. Por isso, em algumas partes do texto, leia-se “educação dos campos”, que abrange mais situações, povos e culturas.

Sobre a Educação do Campo Caldart diz que:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação), feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido. (CALDART, 2012, p. 261).

As relações de sentidos do termo educação no mundo camponês e os processos educativos, não é uma tarefa simples, já que é preciso compreendermos esse objeto inserido na totalidade da produção capitalista, a qual exerce influências sobre a realidade camponesa.

A respeito do antagonismo entre capitalismo e educação camponesa, observamos que para Caldart:

É importante ter presente o movimento desse embate, para compreender a relação com um projeto educativo dos trabalhadores que o assuma: o polo

da agricultura camponesa não tem como ser vitorioso no horizonte da sociedade do capital. (CALDART et al. 2012, p. 15).

Por outro lado, a proposta de educação, tradicionalmente, oferecida para os povos do campo no estado da Bahia, era bastante precária e não considerava as diferenças históricas entre os sujeitos do campo, pois direcionava a educação à hegemonia dos latifundiários, voltada para a produção convencional.

Por isso, os movimentos sociais do campo que lutam por reforma agrária, como por exemplo o Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia – CETA, expressam na educação do campo a cultura camponesa e seus valores políticos, e assim ao defender e recriar a trajetória de reivindicação pela busca e apropriação de sua identidade e território.

A Educação do e no Campo versa sobre uma educação própria, com características particulares, com conhecimentos, marcadamente, presentes na cultura, na forma de produzir alimentos e na organização comunitária. Porém, essa educação não se resume apenas a esse aspecto, sendo também uma política pública, capaz de garantir aos povos do campo direitos fundamentais, inclusive direito à educação, tal qual é dispostos à população urbana. Por isso, em diferentes momentos, foi perceptível a maneira como a Educação dos Campos abrange situações, povos e culturas, constituindo-se por meio de estratégias e lutas.

Roseli Caldart defende que a Educação ganha caráter de força comunitária quando:

Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Faz isso, sem deixar de ser luta pelo acesso à educação, em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que a impede (CALDART, 2012, p. 261).

Assim, a história da educação do campo é formulada na implementação do sujeito e é compreendida nas lutas pela garantia do direito a uma educação desenvolvida para trabalhadores do campo no interior da comunidade e na opção política que efetiva a participação dessas pessoas. Molina diz que:

Na história da Educação do Campo, o debate e a compreensão sobre o tema das políticas públicas torna-se relevante porque, desde o seu surgimento, a Educação do Campo se configura como demanda relativa à garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais: inicialmente, com a luta dos Sem Terra para garantir o direito à educação nas áreas de

Reforma Agrária, com as exigências para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), e, na sequência, com a ampliação das lutas pela garantia do direito à educação para todos os povos do campo, organizadas e desencadeadas coletivamente a partir da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998. (MOLINA, 2012, p.587).

Ao considerar as políticas no contexto histórico das lutas é possível verificar várias mudanças, principalmente no campo da educação, o que permitiu reivindicar uma formação que considerasse os aspectos políticos e socioeconômicos na produção de conhecimentos, sendo está a educação do campo.

1.4 Agroecologia

A agroecologia (...) abarca uma diversidade de sujeitos, espaços, concepções, práticas e formas de luta; envolve convergências e contradições e se encontra hoje, mais do que nunca, em disputa. Buscamos apresentar, portanto, o próprio processo de produção de conhecimento sobre a agroecologia – compreendendo o conhecimento como aproximações contínuas sobre a realidade, demonstrando que não há neutralidade em sua construção. (DIAS, 2021, p. 16).

O Assentamento Dois Riachões constitui-se na diversidade de formações, tanto das formulações teóricas como nas ações do cotidiano. O que não permite confundir o trabalho agroecológico com agricultura orgânica, que trata, especificamente, de uma prática agrícola que tem por base estabelecer sistemas de produção, muitas vezes de monocultivos sem agrotóxicos e sem cunho político.

Para Altieri

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho, para a compreensão mais profunda da natureza, dos agroecossistemas, como dos princípios, segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, à compreensão e avaliação e efeito das tecnologias, sobre sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2004, p. 18).

A agroecologia no assentamento é constituída pela interação do camponês com o meio ambiente, configurada em ações de base familiar, de cunho sociocultural, providas para a construção da transição agroecológica. Essa interação se dá no contexto das próprias vivências com seus sistemas de crenças, representações ideológicas, que influenciam diretamente nos hábitos, estereótipos e estilos de comportamento sobre os quais está assentada a transição agroecológica no assentamento.

As principais características da agroecologia no assentamento envolvem as práticas políticas, ou seja aquela que envolve práticas coletivas pelas quais é possível garantir direitos sociais, principalmente, nas atividades relacionadas ao trabalho coletivo no campo e ao próprio bem-estar, ou seja, na convivência social, o que mostra o surgimento de novas ideias detentoras de reivindicações, pautadas no respeito às diferentes crenças e na boa relação com a natureza, por meio da construção de uma racionalidade coletiva da qual Caldart diz o que é preciso:

Por sua vez, a agroecologia se realiza como práxis quando é apropriada pelos camponeses, em formas “agri-culturais”, marcadas pela diversidade étnica, cultural, política e isso implica educar todas as gerações na direção da desalienação do trabalho e da natureza. Desalienação que quer dizer reapropriação cultural coletiva, do modo de fazer agricultura, de que são os sujeitos criadores, mas do qual têm sido expropriados. Esse processo não se resolve pela educação. Precisa do trabalho transformador, em conexão com uma intencionalidade política e educativa na mesma direção. (CALDART, 2021, p. 359-360).

A instrução e formação agroecológica no assentamento proporcionou aos agricultores prazer na realização das práticas laborais cotidianas, as quais não são mais vistas ou sentidas como um trabalho penoso.

Ao promover a agroecologia conseguiram trabalhar o desafio de mobilizar diferentes gerações, superando a dificuldade de compartilhar os saberes dos mais jovens com os mais idosos. O assentamento assume um compromisso não apenas com as gerações atuais, mas se compromete a educar-se para as futuras gerações.

Na experiência agroecológica do Assentamento Dois Riachões, há uma partilha do saber, que passa não apenas da geração mais velha para a geração mais jovens, como também, da geração mais jovens para a geração mais velha como por exemplos dos estudantes dos cursos técnicos, no qual os mais jovens ensinam e o que aprenderam no curso técnico de agroecologia.

A tarefa do aprendizado agroecológico parece estar na contramão, pois no curso normal passaria os saberes dos mais idosos para os mais jovens, mas no assentamento são os mais jovens que chegam com o conhecimento novo para os mais velhos. Jovens que propõe e persistem na espera por resultados satisfatórios na consolidação da transição no assentamento, onde os jovens demonstraram que a agroecologia é uma alternativa viável, e ganhou a confiança de todos os agricultores o que está contemplado no capítulo III.

Por tratar de lotes pequenos, de três a quatro hectares para cada família, a agroecologia no assentamento é baseada no trabalho familiar, e contribui com a empreitada de jovens que juntou o saber transmitido por gerações com conhecimentos apreendidos em cursos técnicos e de graduação na qual algumas práticas de produção ainda são baseadas no saber ancestral, o que foi observado, por exemplo, na referência às fases da lua para poder começar o plantio.

Apesar do conflito de diferentes gerações ter sido um grande desafio para a transição agroecológica no assentamento, este foi superado com a reconstrução de uma relação democrática, pela qual promoveu o respeito para com as diferentes gerações. Esse conflito geracional serviu para perceber que havia um problema de geração e também para mostrar que os problemas internos podem ser tão prejudiciais para construção de um ideal coletivo, quanto às dificuldades externas, se não forem resolvidos por meio do diálogo.

A crise geracional foi resolvida com um processo de construção de um ideal coletivo, que refletindo sobre o tipo de relações que eram estabelecidas, favoreceu aos agricultores buscarem novas alternativas relacionadas com cultivos, nas suas atividades laborais. Alternativas estas que contribuem com a preservação da natureza, das relações sociais e da promoção de uma economia justa, potencializada pela reciprocidade entre as pessoas do assentamento.

Com a interação entre agricultores, a coletividade torna-se cada vez mais presente no trabalho agroecológico, não estando restrito apenas ao planejamento, inclui a preparação para o que vai ser cultivado e como vai ser esse cultivo, e também, o respeito à biodiversidade e ao ciclo natural de cada planta. Há ainda o estabelecimento de metas, para saber quando, onde e como esses produtos vão ser comercializados, além de uma sistematização dos procedimentos que conferem uma dinâmica coletiva nas lavouras.

Quanto aos desafios da transição agroecológica no assentamento, a Associação Dois Riachões deliberou em assembleia, pela necessidade dessa transição, isto é, tornar a agroecologia uma matriz no assentamento. Essa deliberação foi reivindicada, ainda nos primeiros anos de assentamento. Isso foi possível, com insistência e muita espera, pois como veremos nos próximos capítulos eles tiveram que plantar e esperar os resultados, para poderem comparar outros lotes que eram cultivados da forma convencional.

1.5 Educação e Agroecologia

A relação entre educação e agroecologia se apresenta como um espaço fecundo de elaboração. As experiências educativas agroecológicas em curso, em particular no contexto brasileiro, têm se referenciado nos fundamentos da pedagogia do trabalho e da Educação Popular, trazendo matrizes teóricas que exigem o diálogo entre a educação, o trabalho e a cultura, por meio da articulação orgânica entre os processos produtivos e educativos. (DIAS, 2021, p.17).

A relação existente entre educação e agroecologia implica no bom desempenho do processo de transição agroecológica no Assentamento Dois Riachões. Não se trata, apenas, da relação de produção, mas de uma relação socioambiental entrelaçada com os processos de construção do saber, pelas organizações e movimentos sociais do campo. Segundo Altieri, essas relações da educação com agroecologia devem:

[...] garantir que os sistemas alternativos resultem em um fortalecimento não só das famílias, mas de toda a comunidade. Assim, as intervenções e processos tecnológicos são complementados por programas de educação que preservam e reforçam a racionalidade camponesa, auxiliando, simultaneamente, a transição para novas tecnologias, relações com o mercado e organização social. (ALTIERI, 2004, p. 45).

Ainda que realizadas algumas incursões analíticas nos parágrafos anteriores, nos próximos parágrafos de fato há uma propositura para estabelecer relações entre a educação e a agroecologia. Para, assim, analisar a experiência da educação no processo agroecológico em diferentes espaços de formação.

Em Souza verificamos que:

Embora a educação em agroecologia exceda as fronteiras da escola, pensar processos educativos a partir dela exige uma nova forma de estruturá-las, no seu sentido amplo. Os espaços formativos precisam ser ressignificados, reestruturados e adequados a currículos com práticas transformadoras da realidade, com ênfase no território e no trabalho[...]. (SOUZA, et.al, 2022 p.366)

A educação para a agroecologia cumpre não apenas a função social do trabalho com terra, que é produzir, mas, principalmente, ter a educação como princípio educativo, na qual cumpre função social da educação, que é formar pessoas mais conscientes e reflexivas. Sem abrir mão dos cuidados e atenção à preservação da natureza Barbosa e Rosset nos mostra que a base para concretização da transição agroecológica está:

Na Pedagogia do Movimento, a agroecologia é abordada na perspectiva do trabalho como princípio educativo, consolidando-se como produção agroecológica nos territórios onde estão situadas as escolas e institutos, na realização de trabalhos socioprodutivos nas comunidades vizinhas, com um trabalho de base que permite promover e divulgar a materialização da experiência agroecológica (LVC, 2015). (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 12).

Os conhecimentos adquiridos por meio da agroecologia ultrapassaram as cercas do assentamento. Técnicas como compostagem, adubação verde, cultivo de plantas medicinais, foram partilhadas por meio da troca de informações entre agricultores e instituições parceiras, que resultou numa interação com informações que servirão de base para outros agricultores como veremos no capítulo III.

Um dos benefícios da agroecologia no assentamento foi proporcionar transversalidade de conhecimentos e culturas aos agricultores, além de proporcionar um local de trabalho onde aprendessem, de forma simples, os conceitos de sustentabilidade, mas, principalmente, formas de valorização e dignificação do seu trabalho, por oferecer compromisso com a sociedade por meio dos seus produtos. Altieri (2004, p. 75.) aponta: “A sustentabilidade agrícola, embora de reconhecida importância em todo mundo, tem pouca participação na definição”.

O caráter educativo da transição agroecológica auxiliou no desenvolvimento das capacidades de reflexão do camponês e na valorização do saber dos povos do campo, fazendo com que os camponeses questionassem as estruturas pré estabelecidas.

A amplitude do trabalho camponês se estende por muitas culturas e dimensões dos povos do campo, bem como de suas vidas, logo, o acesso aos estudos deve possibilitar os questionamentos aos padrões, conceitos e comportamentos, principalmente, aqueles que restringem as influências históricas dos camponeses.

As falas dos agricultores, que veremos nos capítulos seguintes, expressam uma compreensão de que a educação é indispensável para um novo movimento pedagógico, com características distintas, que vão além das apresentadas na escola.

Entendemos que a compreensão dos modos de educar implica em uma concepção da realidade na qual o trabalho se encontra e resulta de uma elaboração social que se faz necessária. Isso ocorre porque é o próprio camponês que

transforma a realidade na qual se encontra e, portanto, está a construí-la e reconstruí-la.

Feitas essas análises, indagamos: O que há de especial no Assentamento Dois Riachões, que torna a educação fundamental à relação das questões sociais com o meio ambiente?

A presença da educação é reafirmada nas práticas pedagógicas, orientadas para a agroecologia, que transformaram os formas de produção em um movimento diário de preservação, que tal efeito revela que a educação e a agroecologia no Assentamento Dois Riachões correspondem a uma matriz ecopedagógica, que envolve agricultores, movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais e outros movimentos organizados, na luta por reforma agrária e pelo desenvolvimento da agroecologia na agricultura camponesa.

Destacamos, ainda, que não é o objetivo da pesquisa apontar o limite entre o conhecimento acadêmico e o popular e sim fazer uma abordagem quanto à racionalidade do saber, que pode ser aprendido e ensinado nos mais diferentes formatos, considerando a integralidade da educação e as possibilidades que são colocadas pelo diálogo, enquanto ferramenta de ação e promoção do trabalho coletivo.

Observa-se que as formas de educação na relação entre pessoas, natureza e trabalho é perpassada pela educação popular, essencial para que as pessoas do campo tenham pensamentos e opiniões próprias, a fim de lutarem por seus direitos, saindo da invisibilidade dos processos urbanos. De acordo com Altieri: “A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias, para que a participação da comunidade venha se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos e desenvolvimento”. (ALTIERI, 2004, p. 21).

Há também uma convergência de conhecimentos técnicos, o que demonstra a importância da constituição da educação formal para a formação da pessoa do campo, que compreendam as exigências das novas relações no campo da produção, permeando a busca pela conservação e preservação da natureza. Neste sentido, a agroecologia assume um papel importante no processo de formação educacional, o qual será princípio para difusão e consolidação de uma concepção de educação, que trabalha desenvolvimento socioambiental, comprometido com o contexto do campo.

Dias afirma que:

A agroecologia se anuncia como um terreno fértil de criação de novas relações de trabalho, na direção da emancipação social em compromisso com a humanidade e seu futuro, o que se relaciona com a defesa da vida, da saúde e do ambiente, em uma perspectiva de totalidade. (DIAS, 2021, p.17).

Ao situar um novo contexto, a agroecologia privilegia a situação de aprendizagem, que possibilita a formação da bagagem cognitiva da pessoa, como também ajuda a aumentar o tempo livre, para o gozo de bens sociais e materiais.

É muito relevante o que diz Freire (1990, p.27): “é preciso que quem saiba, saiba, sobretudo, que ninguém sabe tudo e que ninguém tudo ignora”. Sobretudo, com relação aos conhecimentos científicos e tradicionais, que são construídos com base na realidade social.

É nessa realidade que apresentaremos nos próximos capítulos como e quais foram as relações recíprocas entre educação, transição e consolidação da agroecologia no assentamento, refletidas a partir das experiências com a pesquisa em campo, sobre as situações surgidas no decorrer do cotidiano, as formas como foram trabalhadas e os resultados das experiências individuais e coletivas e suas particularidades.

Ao ter como centralidade essas concepções pedagógicas, a agroecologia agrega diferentes áreas de conhecimento, para apreender a relação sociedade e natureza. Ao incorporar diferentes tipos de conhecimentos, engloba, portanto, as distintas formas de produzir e reproduzir a cultura e o conhecimento nos processos formativos formais, não formais e informais, fomentando a constituição de novas relações e práticas sociais. (DIAS, 2021, p. 17).

A agroecologia no cotidiano do assentamento inovou por meio da dinâmica agroecopedagógica da educação entrelaçada com a agroecologia. Assim, proporcionou um desenvolvimento social alternativo de forma organizada, além de valorizar e fortalecer as experiências e descobertas dos agricultores, a partir das vivências que ajudam a estimular e a desenvolver a organização social e a transição agroecológica.

A agroecologia possibilitou uma nova perspectiva ao assentamento, já que, principalmente, no campo da educação fomentou a necessidade do diálogo, que busca abolir a alienação e traçar caminhos. Altieri (2004, p.28) ressalta que: “a vantagem do conhecimento popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas, mas também, em conhecimento experimental”.

As novas maneiras de trabalhar na terra e com a terra acrescentaram “novas exigências formativas, expressa nos processos de trabalho camponês de base agroecológica, que precisam ser apreendidas e trabalhadas” (Caldart, 2020, p. 7).

Essas exigências trouxeram novos desafios à educação, e também interesse pela preservação da natureza e pela competência formativa educacional, pois, muitas dessas pessoas buscaram formação técnica e assumiram o compromisso de compartilhar o que aprenderam por meio da educação popular. Dessa maneira, conseguiram mudar a relação com a natureza e aumentar a produção, além de fortalecerem os vínculos e o sentimento de pertença na comunidade, já que compartilhar conhecimento é, ao mesmo tempo, trocar experiências de vida e construir o território.

O trabalho agroecológico fez-se didático, no sentido de instruir ou adquirir conhecimentos, por meio da ciência ou da prática repassadas de geração para geração, bem como facilitar a aprendizagem dos recursos e a cooperar, sempre que possível, no processo de ensino e aprendizado, seja nos cultivos das plantas, seja na interação entre as pessoas.

A didática mediada pela agroecologia é provida por crenças e objetivos, com o sentido de construir, organizar e valorizar os espaços de vida, como possibilidades de compartilhamento de saberes, sejam estes populares ou técnicos.

No assentamento a agroecologia representou um avanço na metodologia de trabalho, na fundamentação e na valorização de uma educação, atrelada ao campo. Esse avanço refletiu, por meio da educação popular, na história da própria comunidade, que, por intermédio do saber empírico com seus traços culturais, relaciona-se com toda comunidade.

A transição agroecológica tornou-se fundamental, também, pela dimensão econômica, principalmente, pela perspectiva apresentada por Altieri (2004, p. 59), ao apontar que “isso requer, também, que se leve em conta, não apenas a produção econômica, mas o problema vital da estabilidade e sustentabilidade ecológica”. Não se trata apenas da produção a curto prazo, mas de garantir as condições ambientais a longo prazo.

Para essa garantia a longo prazo acontecer o assentamento aumentou as relações interpessoais por meio da prática formalizada em diálogos, promoveu a educação e aperfeiçoou a forma de trabalhar, fazendo da atuação nas lutas sua base de formação política.

1.6 Das entrevistas com agricultores no Assentamento Dois Riachões

Usamos como técnica de pesquisa um conjunto de entrevistas pelas quais analisamos o cotidiano dos assentados. O objetivo com as entrevistas foi perceber a articulação entre educação e agroecologia neste assentamento de reforma agrária e a presença do CETA nessa articulação.

Primeiro pedir autorização às lideranças no movimento CETA para ir ao assentamento, depois pedir autorização às lideranças do assentamento para poder fazer visitas às famílias camponesas. Assim comecei conversar com algumas pessoas que eu percebia próximo à escola e já perguntava se esta pessoa poderia me ajudar respondendo algumas perguntas sobre agroecologia. Geralmente, a resposta era sim, e perguntava que horas poderia ir até a casa.

Durante essas visitas sempre ouvia dos camponeses: “O movimento definiu como bandeira de luta que o assentamento fosse agroecológico”, e para ajudar a revelar se conseguiram esse objetivo ouvir diferentes agricultores apresentando sempre o mesmo tema, colocando em pauta como os conhecimentos são construídos coletivamente. De acordo com Beaud, S., & Weber, a forma de buscar melhores resultados que pela provocação da reflexão se:

Busque, pouco a pouco, localizar os temas que provocam reações (positivas ou negativas, tanto faz) em seus interlocutores, temas que já existem no meio pesquisado e você só está reavivando com suas questões. Por exemplo, tudo que diz respeito a conflitos, a atritos, a antagonismos etc. que agem como reveladores de pontos de vista diferentes sobre um mesmo problema. (BEAUD, S., & WEBER, F. 2007, p. 144).

A busca por temas geradores de reações provocou um “universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes [...] dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1998, p. 22).

Para conhecer o Assentamento Dois Riachões buscamos entrevistar agricultores, pelos quais conseguimos o direcionamento da pesquisa, o que nos proporcionou conhecer a estrutura física e social do assentamento, e também oportunizar aos entrevistados a falar sobre o tema desta pesquisa. Embasado Beaud, S., & Weber, seguimos por um caminho que ao:

Conduzir a entrevista é também, por momentos, retomar seu primeiro desenvolvimento, dar-lhe nova direção, mais ajustada à sua linha de

pesquisa; você pode "interromper" (dando-lhe formas) seu interlocutor quando seu relato lhe parece ser "tagarelice" (por exemplo, histórias sem fim sobre doenças...). Em meio a outras formas possíveis de orientar a entrevista, lembremos aqui o cuidado a ter no recolhimento, de um lado, de narrativas práticas (do cotidiano) e de dados objetivos que dizem respeito ao pesquisado e seu entorno. (BEAUD, S., & WEBER, F. 2007, p. 144).

Essas entrevistas exigiam reflexão com cada pormenor, como por exemplo enxergar no comportamento e na ação da pessoa, pois era preciso o envolvimento no cotidiano, isso significa que às vezes a entrevista era interrompida para poder pegar a roupa do varal por causa da chuva, às vezes era para tirar lenha do fogo pois a panela já estava "seca" ... e essas ações iriam marcando a peculiaridade de cada pessoa representada no movimento. Resolvido isso, a outra parte é ajustar a interação entre pesquisador e pesquisado e assim o assunto tratado não fugir para outros temas que não tem ligação com a pesquisa.

A partir da incursão no cotidiano do assentamento, foi possível uma reflexão, acerca do assentamento no contexto de pandemia: Assim como outras doenças, a causa da Covid-19, pode estar relacionada, também, com a falta de cuidado com a natureza, o que leva ao entendimento de que é preciso cuidar do planeta. Daí a reflexão do que plantar, para quem plantar e como plantar. Estas e outras questões são feitas diariamente no Assentamento Dois Riachões, como forma de provocação ao senso de responsabilidade, que se alinha com o projeto histórico.

No contexto de pandemia trabalhamos com entrevistas via Google Meet e pelo aplicativo de conversa WhatsApp. Quando foram possíveis as visitas ao assentamento, trabalhamos com diálogos e perguntas diretas, direcionadas ao tema desta pesquisa, para que, reflexivamente, fosse possível verificar o que já havia sido abordado em entrevistas anteriores.

Sobre essa forma de entrevista, os estudiosos Beaud e Weber ensina que é:

Nesse ponto, será levado a realizar entrevistas mais longas, mais densas, porque mais amadurecidas. É a fase da elaboração de sua problemática. Enfim, você procede ao final de sua pesquisa, a entrevistas de verificação, no decorrer das quais será levado, quase sistematicamente, a testar suas hipóteses de pesquisa com seus diferentes entrevistados. (BEAUD; WEBER, 2007, p. 124).

As entrevistas semiestruturadas acrescentaram informações a respeito do tema, que aconteceram na sede do assentamento, nos lotes e nas hortas, por meio do saber compartilhado pelos camponeses. Durante as entrevistas possibilitou um melhor conhecimento sobre a forma dos agricultores organizarem-se para as feiras

agroecológicas, logo constatamos que não se trata apenas de plantar e vender, mas de se organizar, planejar e se preparar para possíveis perdas tanto por falta de compradores como condições de clima e tempo, por exemplo muitas chuvas ou estiagem prolongadas.

Nas entrevistas com os agricultores construímos a base para discorrer sobre educação e agroecologia no assentamento. Conforme a pesquisa avançou, percebemos a marca da historicidade do assentamento vinculado ao movimento CETA e o alto grau de participação e responsabilidade dentro do movimento. Fizemos entrevistas como sugerido por Beaud e Weber, onde foi possível perceber algumas características dos processos ligados à agricultura no assentamento, como o trabalho coletivo, a plantação organizada, expressão do território como lugar de conquista por meio da luta pela reforma agrária.

De acordo com as ideias de Beaud e Weber no qual afirma no

Conselho:

Não acumule um grande número de entrevistas realizadas às pressas, de curta duração, muitas vezes não gravadas e parcialmente transcritas. Dedicar tempo demais em detrimento da confecção do seu diário de campo e da reflexão sobre sua pesquisa. Tratá-la-á, então, às pressas, para a seguir, realizar uma colagem de pedaços de entrevistas, que virão a ilustrar um propósito “teórico” prévio. Autorize-se a realizar um número limitado de entrevistas sob a condição de que tenham certa duração (uma hora e meia, duas horas); que tenham sido gravadas por inteiro e que descrevam com precisão a situação de entrevistas e que conheçam um grande número de dados objetivos sobre os entrevistados (origem social dos pesquisados e de seus pais, trajetórias escolares, profissionais, residenciais, estado matrimonial). Assim, terá tempo para trabalhá-las de maneira aprofundada, de transcrevê-las com precisão, de construí-las como casos. Por certo, algumas entrevistas aprofundadas, isoladas, não bastam para uma dissertação de mestrado ou monografia de conclusão, muito menos para uma tese. Devem inserir-se um conjunto pertinente de dados etnográficos (dados de contextualização histórica e geográfica, dados estatísticos ligados a seu tema, observações diversas). É então que poderá selecionar entrevistas mais interessantes para sua pesquisa, sobre as quais concentram seu trabalho de interpretação. (BEAUD, S., & WEBER, F. 2007, p. 120).

Com essas sugestões metodológicas de Beaud e Weber, entrevistamos nove pessoas entre março de 2019 e novembro de 2021. Cada uma das entrevistas durou de 40 minutos à 1h30 minutos. As realizadas no ano de 2019, foram todas presenciais, porém, a partir do ano de 2020, por causa da pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas através do aplicativo de videoconferência Google Meet, ou pelo aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo Whatsapp.

1.7 Caracterização dos entrevistados

Entrevistamos camponeses com diferentes funções na organização do assentamento, entre estes: agricultores, dirigentes, oficineiros entre outros. Uma breve apresentação dos camponeses que foram entrevistados durante as visitas a campo ou por meio dos aplicativos Google meet ou pelo Whatsapp.

Iracilda Alves Neres, chamada por todos de Cida, é mãe de uma menina de quatro anos. Estudou debaixo de uma árvore e depois debaixo de uma lona, no sertão da Bahia, em Paratinga. É filha de assentada da reforma agrária e conheceu a agroecologia neste assentamento. Sobre o assentamento, Cida afirma que: “O pessoal se reúne muito aqui”. Cida relata que a educação tem uma função importante para a construção da agroecologia, já que algumas pessoas tiveram a oportunidade de estudar agroecologia nos Institutos Federais ou nas faculdades.

Porém é a educação popular que multiplica esses conhecimentos que vem dos institutos formais de educação.

Elismária Silva de Oliveira é agricultora camponesa, técnica em agropecuária sustentável, mãe de uma menina de sete anos, e seus pais são assentados da reforma agrária. Na entrevista, disse: “Sempre trabalhei com agroecologia”. Ela está no assentamento desde de antes da ocupação, que ocorreu no ano de 2007 e se prolongou até o ano de 2009. Elismária disse ainda que: “O assentamento foi pensado, criado e instalado com o sonho de não ser um assentamento convencional, e por isso decidiram em assembleia proibir caça, criação de animais silvestres e o uso de produtos químicos na lavoura”. A camponesa recorda também, que até o ano de 2012, os agricultores ainda recebiam ameaças e que juntos com outros moradores foram pedir ajuda à Delegacia Agrária, da Polícia Civil da Bahia, o Grupo Especial de Mediação de Conflitos Agrários (GEMACAU).

Em outro depoimento, Elismaria afirma: “meus pais nasceram e foram criados na roça, junto aos meus avós. Depois de muito tempo, migraram do município de Coribe, na Bahia, para o assentamento São Caetano, na cidade de Sitio do Mato. Até hoje toda minha família reside na reforma agrária, com exceção do meu pai que é falecido. Todos os meus irmãos estão na reforma agrária. Minha mãe está em um assentamento que tem mais de 25 anos. Daí vem a minha luta: os meus irmãos e minhas irmãs, filhos e filhas de camponês decidiram permanecer no campo. Mesmo estudando, mesmo concluindo ensino médio, mesmo indo para o ensino superior,

mesmo assim decidi permanecer no campo, o que tenho como escolha de vida: a luta e a permanência pela vida digna no campo. E como camponeses que somos, penso que nossa filha vai seguir nossos passos, o meu e o de Luciano Silva o meu companheiro, assim como e de toda nossa família. Quero que minha filha estude, que ela se forme, que tenha uma boa formação e que volte para o campo para continuar a luta que herdamos de vó e vô ao qual foi passado para meu pai que ajudou a juntar as famílias para acampar e depois de um ano recebemos a emissão de posse do que é hoje o Assentamento São Caetano. Além de agricultora, sou cozinheira popular agroecológica do movimento CETA. Temos uma cozinha onde preparamos refeições agroecológicas. Trabalho diretamente com o alimento, tanto na produção quanto no beneficiamento.”

Rubens Dário de Jesus é agricultor camponês, estudou no Curso Técnico em Agropecuária Sustentável e é estudante de administração. Lutou pelo acampamento e, posteriormente, pelo assentamento. Foi um dos primeiros a praticar agroecologia e, por meio da educação popular, pôde compartilhar e aperfeiçoar os conhecimentos agroecológicos adquiridos no curso técnico.

Jussinéia Nascimento Damaro, conhecida por Jussi, é camponesa, mãe de duas filhas, uma de onze e outra de doze anos. É educadora popular e acredita na educação como um caminho possível para o enfrentamento da mercantilização da educação. Defende uma agricultura de base agroecológica, pautada na produção diversificada e na comercialização sem atravessadores. De acordo com ela: “Dois Riachões é uma vitrine para o mundo”.

Já Clodoaldo Silva de Oliveira, conhecido por Neto, agricultor camponês e pai de dois filhos. Afirma que praticamente toda a sua escolarização se deu pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), programa do governo federal que apresenta e apoia projetos de ensino voltados ao desenvolvimento nas áreas de reforma agrária. Nesse programa, realizou a aceleração da 5ª à 8ª série, entre 2003 e 2005, cursando depois o magistério, entre 2006 e 2010. Graduiu-se em Direito, em 2017, também pelo Pronera e, atualmente, cursa a Especialização em Questão Agrária, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Clodoaldo Silva conversou sobre as dificuldades de ensinar pessoas que já trabalhavam na roça a plantar e que essas dificuldades foram desafiadoras. Pois como dizer para essas pessoas que a forma como trabalhavam não era a mais

correta? Que existiam formas mais eficientes de plantar? Para Neto, a realidade no sul da Bahia, especificamente, da região cacauzeira, é que o agricultor só sabia plantar cacau.

Edvaldo Neves dos Santos, apelidado de “Biscó” relatou em uma de nossas entrevistas que seu pai o deixou com um ano de idade:

Meu pai na verdade eu nunca vi. Eu fui criado mais com minha mãe, foi minha mãe que me criou. Minha mãe sempre trabalhou na roça e também viajava muito, então fui criado também pelos meus tios, mas mesmo assim fui criado mais na roça mesmo, ficando um pouco na cidade. Parei de estudar quando tinha 10 anos, idade que eu já trabalhava para os outros com minha mãe na roça. Em 2012, fui para o acampamento Paraíso na região denominada Revés, de lá fomos morar em um acampamento e depois mudamos para uma ocupação. (NEVES, 2021).

Luciano Ferreira Silva é técnico agropecuário e iniciou sua caminhada de luta por reforma agrária no movimento CETA. Ele contou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para sua formação política. Relatou também sobre as dificuldades que tinha no início do processo e que ainda possui, mas não como antes, em trabalhar com agroecologia em seu lote, pois os resultados nem sempre foram satisfatórios, sobre a ótica comercial. Mencionou que trabalhar com a perspectiva agroecológica foi um processo lento, melindroso e muito além da relação trabalho – pagamento, a qual um produtor está acostumado. Foi esse processo que o levou a considerar novas relações, entre estas, a natureza e com o planejamento a longo prazo de produção.

Wanderson Jesus de Oliveira, apelidado de Bode, é natural de Coribe, Oeste da Bahia. Desde os sete anos vive em área conquistada na luta pela reforma agrária. Estudou tecnólogo em Agroecologia e trabalha como técnico de campo pela rede Povos da Mata. Relatou que quando chegou ao assentamento já existia a agroecologia e que não teve dificuldades em assimilar, pois o movimento CETA tem uma base de produção orgânica que é bastante promovida e que por meio da busca por educação, conseguiu compreender a agroecologia com mais precisão a partir de saberes prévios.

Com as entrevistas, foi possível perceber a importância dos processos de aprendizado voltados à agroecologia, suas conexões com a ideia de que o humano é parte da natureza e tem prerrogativa de fazer mudança, Santos (2007, p.17) afirma que "é da compreensão de que o enfrentamento se dá não só de forma

objetiva, mas, sobretudo, subjetiva na batalha das ideias”. O mesmo se dá em relação à questão da produção do saber.

As crenças são parte integrante da nossa identidade e subjetividade, enquanto as ideias são algo que nos é exterior. Enquanto as nossas ideias nascem da dúvida e permanecem nela, as nossas crenças nascem da ausência dela. No fundo, a distinção é entre ser e ter: somos as nossas crenças, temos ideias. (SANTOS, 2007, p. 24).

As crenças narradas em torno da agricultura camponesa, relatadas nas entrevistas, demonstraram que o Assentamento Dois Riachões possui potencial agroecológico mobilizado pela educação formal, mas são nas ações práticas que a educação é capaz de enfrentar e substituir os padrões da agricultura convencional praticada na região cacaueteira.

Capítulo II - O CHÃO DA PESQUISA: ASSENTAMENTO DOIS RIACHÕES

2.1 Contextualização histórica do sul da Bahia

A contextualização da região onde está localizado o Assentamento Dois Riachões no litoral sul do estado, está inserida no Sul da Bahia, região marcada pelo crescimento da economia informal e da monocultura do cacau. Com esses aspectos, há também, especificidades na dinâmica regional que resultou em divisões por regiões, pelas quais o território baiano foi dividido em 31 regiões administrativas, caracterizadas pela diversidade de fauna e flora, apresenta-se por um clima tropical e sua nomeação está descrita na figura 1,

Território de Identidade Litoral Sul, número 05.

Figura 1 - Mapa das regiões administrativa da Bahia



Fonte:(SECULTBA)

As divisões são o resultado de um processo socioeconômico, assim como, aconteceu em outros estados do Brasil, que se originaram das capitânicas hereditárias, no período Brasil Colônia, quando Ilhéus era uma das capitânicas hereditárias, no século XVI. Nesse período, pequenas roças de mandioca e milho foram plantadas com iniciativa dos jesuítas à beira do Rio Cachoeira, e dois aglomerados humanos acabaram crescendo, o que hoje são as cidades de Itabuna e Ilhéus, as duas maiores cidades dessa região. Com a plantação das primeiras árvores cacaeiras, no século XVIII, na região próxima à cidade de Ilhéus e, em seguida, a disseminação da lavoura para todos os municípios da região, ressignificou a vida dos habitantes dessas localidades, direta ou indiretamente.

Assim a região transformou-se na matriz de desenvolvimento com a chegada do cacau na Bahia e, por isso, ficou conhecida como região do cacau.

Entre as décadas de 1980 a 1990, a dominação fundiária e política, dos ditos senhores do cacau, entra em decadência por causa da vassoura de bruxa, nome popular de uma doença que atinge os cacaeiros de forma intensa.

Até 1980, a produção de cacau era uma atividade econômica hegemônica na região sul. Com o colapso que ocorreu no final da década, quando a “Vassoura de Bruxa”, uma necrose provocada por um fungo *Crinipellis* pernicioso se alastrou, devastando as lavouras cacaeiras e com a queda do preço do cacau no mercado internacional, comprometeu toda a economia da região, devido à queda brusca ocasionada da produção. As grandes propriedades de terra foram sendo abandonadas, após as tentativas do governo de financiar a continuidade da produção. (JESUS, 2015, p. 52).

Nesse período o modelo socioeconômico adotado no sul da Bahia era baseado na monocultura cacaeira, e a economia era marcada por desigualdades sociais e pela cultura latifundiária, que legitimou o poder econômico e político dos coronéis do cacau, como eram chamados os fazendeiros mais ricos e poderosos dessa região, como ressaltado na monografia Jessica Santos Jesus (2015, p.15): “A região do Sul da Bahia teve como alicerce a concentração da terra, do poder político, nas mãos dos coronéis do cacau e da precarização socioeconômica dos trabalhadores”.

O que é hoje denominada mesorregião sul da Bahia foi criada com bases na representação colonial exploratória, fundamentada na devastação e exploração dos recursos naturais, sem os devidos cuidados com a manutenção da vida e sem respeitar valores como liberdade e dignidade da pessoa. As lutas pela terra

fortaleceram, em meados do século XX, promovendo a reestruturação de parte da comunidade expulsa de suas terras. Terras que podem ter sido invadidas, tomadas e griladas por alguns fazendeiros, restando apenas para estas famílias duas alternativas: buscar os meios de sobrevivência nas pequenas cidades da região ou submeterem-se ao trabalho precário e com péssima remuneração nas lavouras cacauceiras.

O atual contexto do Sul da Bahia é resultado de lutas por território e identidade, lutas que permanecem nos dias atuais. A luta pela demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados, o que gera os conflitos entre latifundiários e indígenas ou entre estes grandes proprietários contra os movimentos de luta por reforma agrária, além dos conflitos com grandes empresários que têm interesses turísticos nesta região. Este fato é o grande motivo dos muitos enfrentamentos liderados pelos movimentos sociais e sindicais, em prol da intensificação da reforma agrária.

2.2 O movimento CETA

Na Pedagogia do Movimento, as organizações camponesas são o sujeito pedagógico por natureza e o processo educativo situa-se para além do espaço escolar, uma vez que potencializa, pedagogicamente, todos os lugares e dinâmicas da luta pela terra. (BARBOSA, 2015b) (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 11.)

O Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia - CETA é movimento social constituído de camponeses que se tornam sujeitos do processo histórico e tem como objetivo principal a luta pelo direito à democratização da terra, pela reforma agrária e por uma educação pensada e voltada para os povos do campo. Santos apresenta que:

O termo “movimentos sociais” foi criado por Von Stein, 1840, a partir de uma leitura da emergência do mundo urbano-industrial, e tem sido usado sob várias denominações no Brasil. Quer seja para designar qualquer ação coletiva de forma ampla, ou mesmo para designar estritamente mobilizações reivindicatórias da sociedade civil. (SANTOS, 2017, p. 126).

Sobre o histórico da constituição do movimento social, o CETA, analisamos artigos, monografias, dissertações e teses que têm como tema ou objeto da pesquisa o Assentamento Dois Riachões ou o CETA. Além de entrevistar moradores do assentamento, procuramos conversar com ex-membros da direção do CETA e

ouvir militantes que fazem ou fizeram parte da construção do CETA e em seguida do Assentamento.

Em novembro de 1995, houve um encontro de movimentos, associações, sindicatos dos trabalhadores rurais e outros setores organizados para a análise e discussão sobre os conflitos agrários no estado da Bahia. Nesse encontro foi diagnosticado que era preciso articular esses organismos e movimentos para melhor defender as necessidades dos trabalhadores do campo na luta pelo direito à terra, como nos mostra Santos:

Diante deste diagnóstico, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão de Justiça e Paz (CJP), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), o Centro Ecumênico de Serviço (CESE), entre outros organismos, decidem realizar um encontro com os trabalhadores dessas áreas. A proposta era de articular essas áreas, que estavam abandonadas pelos órgãos responsáveis pela reforma agrária no estado e que não tinham nenhum movimento social, a exemplo do MST, que já atuava no estado desde 1987, para trocar experiências e conseguir delinear uma linha de frente a essa situação, fortalecendo a luta e pressionando o Estado no caminho de proporcionar políticas públicas para o campo. (SANTOS, 2010, p. 64).

Surgem, nesse encontro, as primeiras articulações para a formulação do movimento CETA. Com diversas articulações de movimentos de luta por reforma agrária em várias regiões do estado da Bahia, uma dessas era a Rede Regional de Articulação e Luta por Reforma Agrária e a partir da associação dessa rede, denominada Rede de Associação Comunitária do Sul da Bahia (RACASUL), a Comissão de Acampados e Assentados, o que dá origem à Coordenação Estadual dos Trabalhadores CETA, do qual Santos nos diz que foi:

Em novembro de 1995, é realizado, na Sede da CPT em Salvador, o “Encontro de Assentamentos e Áreas de Conflito da Bahia”, que contou com a presença, além das entidades promotoras acima citadas, da Pastoral Rural de Teixeira de Freitas, Fundifran, MST, APAEB, e a Paróquia de Angical. Participaram do Encontro 41 trabalhadores e assentados de diversas áreas. (SANTOS, 2010, p. 64).

Elinalva Barros, que na época fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubatã, relata em uma entrevista o motivo da mudança de associação para coordenação:

Houve a Mudança de RACASUL (Rede de Associação Comunitária do Sul da Bahia), que migrou para CETA, porque tinha MST, MLT e como RACASUL, ficava uma rede regional, por isso a necessidade de migrar para CETA, porque seria uma coordenação estadual. E a luta pela reforma

agrária, naquele momento, teria que ganhar um peso maior. (BARROS, 2022).

As dificuldades dos trabalhadores em garantir direitos fundamentais, como os relacionados ao acesso à terra aumentaram em todo o estado, como também, os conflitos fundiários, o que provocou um processo de articulação para a realização do seminário com os trabalhadores do campo, de assentamentos e acampamentos com o propósito de planejar e organizar lutas por reforma agrária, o que levou a ganhar mais visibilidade no estado e assim tornar-se mais representativo. Esse processo, entre os anos de 1999 a 2000, fez passar do status de Comissão de Assentados e Acampados da Bahia para Coordenação de Assentados e Acampados da Bahia.

Em 1999, a Comissão deixou de existir, dando lugar a uma Coordenação de Assentados e Acampados da Bahia. As mudanças foram aos poucos se materializando na Coordenação. Os representantes seriam eleitos em assembleias regionais, onde todo assentado e assentada teria direito a voz, a voto e a ser votado. A estrutura organizacional ficou assim definida: coordenações regionais, com um número variado de coordenadores, que dependerá do tamanho da regional, número de municípios que abrangeria etc. e uma coordenação estadual, que seria composta de dois representantes da coordenação regional, indicados pelos trabalhadores e trabalhadoras. (SANTOS, 2010, p. 73).

No ano de 2002, o CETA lança bases para sua forma de organização e estruturação, promovendo a ampliação da concepção de movimento, a elaboração do regimento interno e a criação do seu estatuto, no qual foram feitas mudanças no nome, mantendo a mesma sigla: Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas – CETA.

A sigla continuou sendo a mesma, porque o movimento já tinha uma visibilidade no Estado e a mudança na sigla poderia significar uma perda no que diz respeito à referência na base social, que conhecia o movimento pela sua sigla. Realizam-se as primeiras plenárias regionais e uma estadual, para definir a linha política do movimento e aprovar entre outras coisas, o estatuto do movimento. É neste momento que se cria um símbolo para o Movimento. (SANTOS, 2010, p. 78).

Essas articulações em torno da questão fundiária foram fundamentais para a formatação do movimento, pois no mesmo momento em que sofreu significativas mudanças e ampliações, tanto em torno de pautas relacionadas à reforma agrária, como também nas formas de organização e atuação política o CETA consolidou-se com o nome de Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e

Quilombolas da Bahia, movimento que tornaria-se um dos principais movimentos luta por reforma agrária e por justiça social no estado da Bahia.

E, dessa forma, outros movimentos e organizações populares vão surgindo com o objetivo de pressionar o Estado a realizar a democratização do acesso à terra. Entre eles, o Movimento CETA que surgiu em 1995, a partir de acampamentos e assentamentos acompanhados pela CPT, em especial no Médio São Francisco. É neste quadro, de concentração da terra e de lutas sociais que surge o Movimento CETA. (SANTOS, 2010, p. 57).

Nesse período o movimento CETA firma-se na luta por reforma agrária e torna-se um marco na organização social para povos do campo e no campo, o que levou a uma mudança de classificação para o Movimento Social, bem como a criação de uma imagem símbolo, que correspondesse aos novos ideais do movimento.

Figura 2- Logotipo do movimento CETA



Fonte: SANTOS (2010, p. 78).

Após articulação das várias forças dos povos do campo: trabalhadores, assentados, acampados e quilombolas entre outros, promoveram uma interação para a construção de uma pedagogia que fosse capaz de formar pessoas que por meio da organização dos sujeitos do campo e pela luta por reforma agrária na ótica socioambiental, sob a perspectiva da conquista dos direitos.

[...] Trata-se da compreensão de que a formação educativo-pedagógica acontece em todos os espaços da luta política, no movimento dialético da consolidação de um projeto político para a emancipação popular. Para muitas organizações, a totalidade da luta pela reforma agrária incorpora outras lutas para além do direito à terra: o direito à educação, à saúde, à produção, à democratização da comunicação e direitos da infância e da adolescência, entre outros, considerados, em si mesmos, território fértil na conformação do sujeito histórico-político. (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 11).

O Movimento CETA consolida uma pedagogia para a luta dos chamados “Sem Terra” no estado da Bahia, o qual reconhece a importância do movimento social para a luta por terra e direitos sociais. Dessa forma o movimento torna-se referência daqueles que não podem, sozinhos, fazer valer suas reivindicações por direitos sociais em diferentes espaços. Logo, faz com que o movimento seja uma referência do campo para resistência e modelo para formação do sujeito político ao mesmo tempo que se compromete com as lutas por direitos fundamentais.

Por outro lado, o conjunto de demandas que articula a luta geral da reforma agrária conduz a diferentes espaços de expressão da resistência, nos quais há uma mediação pedagógica na formação do sujeito político: ocupações de terra, marchas, assembleias e ocupação de órgãos públicos, entre outros. (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 11.)

O CETA é reconhecido como um dos principais movimentos de luta pela reforma agrária da Bahia. Com mais de duas décadas de existência, o CETA mobilizou o interesse de distintos pesquisadores, mas a literatura disponível sobre a forma de documentos, artigos, livros e monografias é pouca considerando a abrangência do movimento no estado da Bahia.

2.3 O Assentamento Dois Riachões

O Assentamento Dois Riachões foi criado e instalado “com o sonho de não ser um assentamento convencional”, diz Mara. Desta forma “[...] em assembleia, decidiram não permitir o confinamento de animais silvestres, nem caça e nem o uso de produtos químicos na lavoura”. A partir dessa ideia, os agricultores resolveram sedimentar a matriz agroecológica, baseada na exclusão do uso de agrotóxicos e das queimadas como forma de fertilização da terra, como também evitar o desmatamento e a monocultura, o que fez com que fosse o primeiro assentamento do CETA a trabalhar integralmente de forma agroecológica.

Fizemos, também, uma breve contextualização do Assentamento Dois Riachões. Antes era a Fazenda Dois Riachões, localizada no interior do estado da Bahia, antes de ser um assentamento de reforma agrária, era uma grande propriedade situada no município de Ibirapitanga.

O conjunto Dois Riachões, antiga Fazenda Dois Riachões, que tem esse nome por conta de um rio e um riacho que cortam a propriedade ao meio, fica localizado no município de Ibirapitanga, a 10 km de distância da sede da cidade, situado na margem da BA-652 e a 3 km da BR-330, sentido Ubatã. A fazenda possui uma área de 413 hectares, com 3 sedes, compostas de casas, barcaças e estufas. Sua extensão de terra se divide em 70% em Ibirapitanga e 30% em Maraú. (JESUS, 2015, p. 52).

O Assentamento Dois Riachões começou como acampamento em setembro de 2001, com um grupo de pessoas organizadas com 56 famílias, que decidiu acampar em frente à fazenda com ajuda dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR Ubatã/Gongogi e participação de mulheres do Partido dos Trabalhadores - PT, as quais faziam intermediação entre o INCRA/SSA e a Unidade Avançada do INCRA em Itabuna, e assim pressionar as autoridades por conta da morosidade dessas instituições.

Luciano Silva relata ainda que:

O assentamento nasceu na beira da BA-652. Moramos em barracas de lona preta de 2001 a 2007 e só no dia do trabalhador, em 1º de maio de 2008, nós ocupamos o imóvel Conjunto Dois Riachões. Mesmo com a demora do INCRA, que é o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, responsável em dar o parecer de desapropriação da área, insistimos na luta dos trabalhadores e pensamos em outras áreas, caso essa não desse certo, pois o nosso papel enquanto Movimento dos Trabalhadores, Assentados e Quilombolas - CETA, era organizar os trabalhadores e trabalhadoras para lutar e resistir na reforma agrária como direito. (SILVA, 2020).

Algumas das famílias acampadas trabalhavam nas roças de cacau e acabaram ficando sem trabalho e renda devido à crise da vassoura de bruxa na lavoura cacaueira, que assolou toda a região sul da Bahia, o que, segundo Filho (2002), “fez a produção cair de cerca 390 mil toneladas no ano de 1988 para cerca de 100 mil no ano 2000, o que resultou em 300 mil desempregados”. Essa crise iniciou também a decadência da era dos coronéis do cacau. Após o período da crise na qual a agricultura estava voltada para a monocultura, que era a base das pesquisas, o assentamento entra com um objetivo diferente do que era proposto, contrariando a ideia do modelo convencional de agricultura com propósito, de construir meios para a transição agroecológica.

No ano de 2008, o acampamento aproximou-se do seu objetivo principal, que é a conquista da terra, viabilizada pela reforma agrária, por meio da ocupação da fazenda e no trabalho pautado em uma agricultura sem queimadas e sem uso de produtos químicos e que ainda pudesse contribuir com a preservação da natureza. Tudo isso, de modo que fosse possível o exercício da teoria compartilhada na prática cotidiana, relata em entrevista o camponês Luciano Silva.

Em 2008, a gente ousou ocupar um imóvel (Fazenda Dois Riachões). Quando a gente ocupou, não tínhamos referência em agroecologia do CETA aqui no sul da Bahia. A gente tinha todas as instituições voltadas para o modelo da revolução verde: a CEPLAC, a UESC e várias organizações voltadas para o modelo convencional. Por ter uma quantidade de jovens na ocupação, por a gente estar saindo do curso técnico de agroecologia, curso técnico de Agropecuária sustentável, aí sempre nos perguntávamos: Qual era o nosso papel nesse processo? Pois nós éramos militantes, fazíamos lutas sociais, fazíamos acampamentos, organizava o povo, organizava as pessoas, mas a gente tinha na nossa cabeça, que a gente precisava construir o processo da agroecologia, caso contrário a gente não viabiliza o processo da luta pela reforma agrária. (SILVA, 2021).

Por meio de entrevista, o agricultor Edvaldo Neves, conhecido como Biscó, relatou que a queimada era a única prática agricultável no assentamento, o que estava em desconforto com as práticas agroecológicas.

Aqui nunca trabalho com veneno nenhum, a única coisa que a gente fazia era só queimar, mas a gente não faz mais. Quer dizer, aqui já era orgânico há muito tempo, mas só não tinha o certificado que a gente tem hoje, que comprovar. Porque para produzir orgânico, a gente não pode fazer queimada, por isso, hoje, a gente já parou. (NEVES, 2021).

Julho de 2019, foi o período das primeiras visitas ao assentamento, o objetivo era encontrar com moradores e lideranças do assentamento e do movimento CETA, períodos dos primeiros momentos de conversas sobre a pesquisa. Nesse momento foi dado início à imersão no assentamento.

Nos dias seguintes, em meio às conversas com as pessoas começamos a conhecer a estrutura do assentamento e verificar que este é constituído por cerca de quarenta casas (algumas, ainda, de madeira), distribuídas em quatro sub-sedes, sendo que entre essas estão a sede maior, denominada de Dois Riachões,

Há também, uma casa que foi cedida para a instalação de uma escola municipal. A escola funciona nos três períodos, contando com uma sala multisseriada, na qual as crianças do assentamento e do entorno estudam, nos turnos matutino e vespertino. À noite, funciona a Educação para Jovens e Adultos (EJA).

A escola conta com um professor de EJA e uma professora de Educação Infantil, um auxiliar geral e uma merendeira, destes apenas uma professora não é assentada. Essa escola é voltada para uma educação escolar trabalhada junto com a comunidade, o que garante aos educandos refletirem sobre outros modelos de produção não agressivos à natureza, em uma perspectiva sociopolítica. Jussinéia Damaro, em entrevista, diz ainda, sobre a escola:

A escola é uma das casas da fazenda, que a prefeitura de Ibirapitanga reformou. Nós temos aulas de manhã com as crianças daqui do assentamento, à tarde, com crianças das proximidades e à noite temos a EJA. A escola tem, além dos móveis escolares, como quadros, cadeiras e mesas, uma geladeira, uma TV. (DAMARO, 2019).

A escola conta, ainda, com a participação direta da comunidade na sua gestão, pois a gestão democrática escolar é uma demanda do movimento, que além de negociar a reforma da casa para ser uma escola, negociou, também, qual modelo didático pedagógico empreendido na escola e o perfil do professor. Pois um professor com perfil tendente ao agronegócio pode ser um problema em potencial para o bom andamento da escola.

No assentamento há também uma igreja evangélica, um terreiro de candomblé, uma casa de apoio, que serve de alojamento para visitantes, duas estufas solares, e uma fábrica de chocolates bem como quatro agroindústrias.

Quanto às agroindústrias do assentamento, estas possuem funções distintas. A primeira serve para o beneficiamento de nibs (amêndoas do cacau secas e trituradas), a segunda abriga a casa de farinha, que beneficia a mandioca e derivados. Na terceira, está instalada a despulpadora, da qual é retirada a polpa das frutas. Já a quarta agroindústria é responsável pela produção de alimentos alternativos, da proteína de jaca, bolos, como os de aipim (macaxeira), além de produzir e comercializar comida orgânica para os visitantes.

Em 2008, data da ocupação da Fazenda Dois Riachos, os camponeses começaram a trabalhar a transição agroecológica. Contudo, somente em 2009, a transição firmou-se, o que se nota na fala do agricultor e dirigente do movimento Luciano Silva, em diálogo pelo aplicativo de conversa WhatsApp: “O Dois Riachões é a primeira área do movimento CETA a não ter produção paralela”. Ele ainda continua: “Apesar dessa transição ter se iniciado junto com o assentamento, essa transição alicerçou no ano de 2009, com a venda institucional no PAA e em seguida,

com a venda direta aos consumidores, com o apoio da Rede de Agroecologia Povos da Mata”.

A transição agroecológica, em aspectos gerais, envolve o processo de construção de sistemas produtivos sustentáveis e abundantes em biodiversidade. Para tanto, considera-se a agroecologia como ciência e como prática social aplicada à realidade de cada agroecossistema [ver Agroecossistema]. Em termos teóricos, este processo transitório, planejado pela ação humana, culminaria em um agroecossistema sustentável {...}. (GAIA e ALVES, p.771).

O Assentamento Dois Riachões é um lugar de vivências e de significação dos saberes que se estruturam em diferentes relações presentes nos momentos da vida no campo. Relações alteradas, diariamente, a todo o momento, como de fato é um organismo vivo e dinâmico. Segundo Barbosa e Rosset (2019, p. 46) essa pessoa do campo é quem “faz parte de um projeto político de resistência e transformação, ao mesmo tempo em que conforma um sujeito camponês histórico-político”.

Para melhor compreensão das diversas relações estabelecidas nos processos que integram a dinâmica da agroecologia no Assentamento Dois Riachões, foi utilizado o termo transição agroecológica.

Diversos termos são utilizados na definição deste processo de construção de um campo baseado na agroecologia, por exemplo: transição agroecológica, conversão agroecológica e ruptura agroecológica. Apesar de caminharem para um resultado final comum, a diferença em um ou outro termo, na concepção apresentada neste texto, se baseia, principalmente, na forma como este processo se dá, com base em mudanças imediatas e/ou mudanças mais complexas que envolvem não apenas as esferas produtivas, mas também aspectos filosóficos, éticos, sociais, entre outros. Neste texto, para fins didáticos, vamos utilizar o termo “transição agroecológica”. (GAIA e ALVES, p.771).

Com o termo transição agroecológica apresentamos transformações nas características físicas e estruturais do Assentamento Dois Riachões e como essas transformações interferiram nas experiências concretas da construção do saber, tendo a educação como princípio na materialização da luta por uma comunidade mais desenvolvida, com terra, reforma agrária e a conservação do meio ambiente.

Logo, o assentamento assume a coletividade como base de sua estrutura organizacional e promove a experiência do camponês como um valor significativo, o que implica em formação de pessoa a pessoa, trabalhada diretamente através das metodologias de reuniões e mutirões empregadas nos lotes. Assim, foi possível a preservação da natureza com uso do conhecimento científico junto com o saber

local, na qual trabalham uma agricultura sem agrotóxicos, que impulsiona as economias locais e conservam a agrobiodiversidade com manutenção dos recursos naturais.

Rubens Dario explica em uma das entrevistas que, inicialmente, houve resistência às mudanças:

No início foi muito difícil, pois alguns já tinham seu modo de plantar e trabalhar com agricultura. Teve muita dificuldade, pois como a terra ainda não estava preparada para o plantio sem agrotóxicos, a produção demorou mais de mostrar resultados satisfatórios. Mas aos poucos conseguimos mostrar que é possível plantar sem agrotóxicos. (DARIO, 2019).

Apesar das mudanças terem sido bem sucedidas, o começo, época que os agricultores ainda não conheciam a agroecologia, foi muito difícil, pois a aceitação não foi fácil, precisou de muitas reuniões para conversar com os agricultores e falar sobre a agroecologia. Assim foi possível promover uma experiência agroecológica no assentamento.

2.4 Fundação da Associação do Assentamento Dois Riachões.

A Associação do Projeto Agrícola Dois Riachões, oficialmente registrada no ano de 2014, como coordenação colegiada composta por: presidente, secretário, tesoureiro e associados. É uma Associação vinculada ao Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA) e tem entre seus objetivos reivindicar e fomentar políticas em prol do assentamento e da promoção da organização e comercialização de uma produção agroecológica.

A associação é constituída, historicamente, pelo trabalho e união de organizações e movimentos no assentamento como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) das cidades de Ubatã e Gongogi, localizadas a cerca de 20 km do assentamento, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) / Diocese de Itabuna, o Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA). Esse trabalho não era visto, pois este grupo não tinha registro. A falta de registro era uma estratégia para proteger a integridade física da direção de uma possível represália por parte de pessoas ou grupos contrários à ocupação da fazenda.

O processo histórico que antecede a associação foi construído por meio de muitas lutas que vem antes mesmo do registro, que são as lutas do acampamento para ocupar a fazenda Dois Riachões. Somados à participação do CETA, do sindicato dos trabalhadores rurais de Ubatã e Gongogi e pastorais sociais da Igreja Católica como por exemplo a CPT, que estiveram juntos às famílias acampadas às margens da Rodovia Estadual BA-652, zona rural do município de Ibirapitanga, no Território de Identidade Litoral Sul, em uma luta que se estendeu de 2001 a 2007.

Não houve apenas uma conquista e sim conquistas, no plural, em cada palavra ou gesto que ajudou os camponeses a persistirem em suas pautas. Tais conquistas fazem da associação um importante instrumento de resistência, pelo desenvolvimento de projetos que reafirmam a história dos camponeses, estando esta materializada nas ações cotidianas e reafirmada na conquista e no acesso à terra como uma luta contínua articulada pelo movimento CETA.

Sobre a trajetória do assentamento Jussinéia Damaro relata em uma entrevista:

Quando a gente chegou aqui não tinha nada, tudo aqui é resultado de luta. A gente se organizou e lutou, mas não nos organizamos do nada. Foi o movimento CETA que fez a articulação. Aí a gente aprende a lutar por nossos direitos, que não é algo fácil de ser conquistado. (DAMARO, 2019).

A luta e resistência depreendeu resultados satisfatórios no ano de 2008, quando foi possível a contratação de uma equipe técnica qualificada em Topografia e Projetos. Esses técnicos fizeram o levantamento topográfico, que gerou o mapeamento completo da fazenda em todas as suas dimensões. O resultado desse levantamento foi o loteamento da área de aproximadamente quatrocentos e seis (406) hectares para trinta e oito (38) famílias, cada uma recebendo um lote com quatro (4) ha de cacau. Também foram reservados aproximadamente oitenta (80) ha para a Área de Preservação Permanente (APP) e a Área de Reserva Legal (ARL), resultando em quintais e arranjos produtivos, além de consórcios.

Com a área loteada os camponeses, ainda, receberam diversas ameaças, logo houve uma articulação destes com o CETA reivindicando que fosse inserida na agenda política do estado da Bahia a demanda por reforma agrária, segurança, educação e agroecologia, promovendo então uma luta pelo reconhecimento da identidade camponesa e fomentando nas novas gerações. Iniciativas que possibilitaram relações sociais em um projeto de desenvolvimento do campo.

Elismária em entrevista fez uma reconstrução da memória e recordou que até o ano de 2012, os camponeses recebiam ameaças e que juntos com outros moradores foram pedir ajuda à Delegacia Agrária, da Polícia Civil da Bahia, Grupo Especial de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos (GEMACAU).

O trecho da entrevista a seguir relata um pouco da história dos conflitos: No processo de acampamento, ocorreram vários conflitos. A proprietária moveu várias ações judiciais para a retirada dos trabalhadores que estavam em frente à propriedade. Também foi o período em que a Comissão dos Assentados e Áreas de Conflitos da Bahia, havia se consolidado como a Coordenação de Assentados e Acampados da Bahia e o RACASUL se agregado a essa coordenação, que tempos depois, se transformou em Movimento CETA. (JESUS, 2015, p. 54).

A camponesa Elismária reconstrói, ainda, algumas lembranças do tempo da ocupação. Durante as entrevistas foi possível observar a reconstrução dessa memória do período em que as famílias ficaram acampadas, às margens da Rodovia BA – 652, por aproximadamente seis anos.

Elismária, ainda, traz a recordação dos conflitos e das tensões que presenciou durante todos esses anos, em que seus companheiros foram ameaçados, “nós sofremos ameaças de jagunços, a mando (contratados) de fazendeiro”. E para amedrontar e tentar expulsar as famílias das margens da rodovia. “Os jagunços tentaram até colocar fogo em nossas barracas, mas nós resistimos”, diz Elismária.

O assentamento passou por uma transição agroecopedagógica que ultrapassou a ideia de ser, somente, um assentamento produtor de alimentos livres de agrotóxico para abastecer a população, mas um assentamento que fosse capaz de estabelecer formas de relações pedagógicas, que mostrassem que plantar também é um processo de ensinar e de aprender.

O Assentamento Dois Riachões é resultado de diferentes experiências, imbricadas nos conhecimentos populares, focado no desenvolvimento de alternativas ao modelo predatório, imposto pela agricultura convencional. Nasceram, assim, as primeiras práticas agroecológicas com propósito, politicamente, reflexivo, preconizando um desenvolvimento social, pautado na educação e na conservação dos recursos naturais, nas suas relações com a natureza e assegurando às gerações futuras a utilização desses mesmos recursos.

Apesar do assentamento trabalhar com práticas que fortaleceram os princípios de base agroecológica desde quando era acampamento, foi a partir do seu registo

como Associação Projeto Agrícola Dois Riachões, que começou a trabalhar de forma oficial como assentamento agroecológico. Sobre a agroecologia no assentamento a agricultora Elismária Oliveira faz uma reconstrução da memória ao falar organização do assentamento, sua luta, resistência e envolvimento agroecológico:

A minha vida é toda no campo, minha mãe e meu pai são camponeses, minha família é de camponeses, inclusive meu irmão mora aqui, ele também é assentado e nós sempre produzimos sem veneno. Por isso, não foi difícil para mim, aceitar e contribuir para a implantação da agroecologia no assentamento, pois vivo a agroecologia desde que nasci. Minha mãe é aquela camponesa que ainda cozinha com a banha de porco, só compra na cidade o que não consegue plantar ou criar, pois ela tem porco, galinha caipira, tudo para subsistência. (OLIVEIRA, E. S. 2019).

A consolidação como assentamento agroecológico se dá no ano de 2015, com novas alternativas, como a valorização dos conhecimentos dos povos do campo e a ciência aplicada à agricultura. Dessa forma, ao consolidar estilos de agriculturas sustentáveis, que contribuíssem para o estabelecimento dos processos Individuos que se prestavam ao trabalho paramilitar de proteção e segurança dos grandes fazendeiros e lideranças políticas de desenvolvimento sustentável no campo, capazes de dar suporte a uma transição agroecológica que considera não só a produtividade das lavouras, mas também o saber acumulado dos povos do campo e seu contexto histórico. Na monografia da agricultora Teresa Santiago:

A agroecologia é parte de nossa ancestralidade, respeitando a biodiversidade, os ciclos e seus equilíbrios. É uma forma de luta contra o avanço do capitalismo e toda forma de dominação. Por isso é uma construção política, popular, social, cultural, ancestral, científica e econômica. O saber popular, através das suas práticas enraizadas na ancestralidade dos camponeses e camponesas, estabelece uma relação dialética com a agroecologia, sobretudo, no exercício de ouvi-los. Desse modo, o saber popular tem seu campo de produção de conhecimento garantido na prática social, ou seja, é um conhecimento que circula e atravessa gerações. (SANTIAGO, 2019, p. 19).

Junto com o movimento CETA e em parceria com outros organismos e movimentos, o Assentamento Dois Riachões desenvolveu uma concepção de produção capaz de organizar a produção e a logística, a fim de possibilitar a comercialização direta aos consumidores.

Segundo a agricultora camponesa Teresa Santiago em entrevista (2019): “Nós, do Dois Riachões, pensamos em uma matriz agroalimentar, para a garantia da soberania alimentar, da história do trabalho, da diversidade e da organização

coletiva, na construção de uma referência na produção agroecológica”. Essa matriz só foi possível graças a persistência do trabalho em função de uma transição agroecológica, que envolve todo o assentamento.

No processo de constituição do Assentamento Dois Riachões em um assentamento agroecológico foi primordial a contribuição de outros movimentos sociais, como por exemplo a Teia dos Povos, ou apenas Teia como é conhecida, há mais de sete anos colabora com o CETA e com associação de agricultores, por articularem entre si e com outras organizações e movimentos a formação e consolidação de alianças em torno de ações direcionadas ao desenvolvimento da agroecologia no assentamento.

Com o objetivo de colaborar no desenvolvimento social e econômico por meio da agroecologia, a Teia dos Povos organiza os debates para a articulação dos povos e comunidades do campo e assim direcionar as agendas de ações, a partir de seus três princípios fundamentais:

- I. Terra e alimento como princípio filosófico e de vida, que se constrói através da solidariedade irrestrita aos movimentos pela defesa da territorialidade, tendo como instrumento a pedagogia do exemplo.
- II. O trabalho e o estudo para liberdade, que possibilite a construção de um novo modo de vida, desconstruindo a herança dos modelos capitalista, racista e patriarcal.
- III. Reafirmar o olhar ancestral na edificação de um novo tempo, contextualizado à nossa forma. (TEIA DOS POVOS, 2020).

Baseado no primeiro princípio, a Teia dos Povos contribui com o Assentamento Dois Riachões com questões em torno da capacitação do camponês, o que marca as especificidades dos processos de formação do camponês, promovendo a interação entre camponeses de diferentes regiões, pela difusão do conhecimento agroecológico por meio da pedagogia do exemplo, como veremos na última parte do capítulo III.

Na pedagogia do exemplo, a visita de intercâmbio é a atividade principal: as famílias anfitriãs são as responsáveis pela transmissão do conhecimento da visitada e de sua mediação pedagógica, e as aulas se dão em seus lotes (HOLT GIMÉNEZ, 2008; MACHÍN et al., 2012). Quando essas organizações constroem “escolas camponesas de agroecologia”, não se trata de escolas que oferecem “anos escolares” ou estão direcionadas à juventude per se; são espaços nos quais camponesas e camponeses compartilham conhecimento, durante períodos relativamente curtos, com outras camponesas e camponeses. (MCCUNE, REAR- DON & ROSSET, 2014). (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 10.)

A efetividade do segundo princípio é perceptível na importância disponibilizada ao trabalho, não apenas como produção ou fonte de renda, mas com uma ressignificação e valorização do processo produtivo do campo, o que, por exemplo, ressignificou a influência positiva da mulher camponesa. Marques (2019) afirma que “o trabalho feminino no campo, encontra-se invisibilizado e pouco valorizado. Se a mulher é casada, seu trabalho é visto como “ajuda” ao marido; se é filha, é visto como “ajuda” ao pai e aos irmãos”. Assim esse princípio visa a equiparação e valorização do trabalho da mulher do campo, colocando-as no mesmo patamar de direitos e responsabilidades.

No terceiro princípio, a Teia dos Povos promove uma contextualização da cultura ancestral, o que se constrói por meio de uma educação dialógica que resgata saberes agroecológicos no assentamento. Para promover e dar continuidade à história cultural dos camponeses, a Teia dos Povos organiza ações de natureza participativa no cultivo agroecológico. Mobiliza ainda outros espaços, como feiras, escolas e salões comunitários como forma de discutir e apresentar a experiência do camponês na transição agroecológica.

A Teia contribui com o movimento CETA na formulação de ações de natureza estratégica, conferindo maior diálogo e participação nos processos vividos e na formação da identidade camponesa, por meio de diferentes mecanismos e organizações.

Mesmo que os resquícios da cultura do cacau tenham deixado nas consciências um aspecto linear de uma agricultura convencional, em detrimento dos processos de proteção dos recursos naturais, a Teia possibilita o trabalho com o despertar de uma formação para a utilização racional da terra, garantindo sua preservação e existência para as futuras gerações.

A Teia contribui com os agricultores do assentamento a discutirem sobre os danos sociais, ambientais e econômicos que o modelo convencional pode provocar, a fim de produzir uma matriz alternativa à agricultura predatória com uma produção certificada agroecologicamente. Assim refletem sobre uma plantação de ideias, a partir de uma crença fundamentada em ambientes produtivos, que os permitam viver bem e que sejam ecologicamente equilibrados.

Há, também, a Rede de Agroecologia Povos da Mata, que é uma parceira no que diz respeito ao desenvolvimento da agroecologia no Dois Riachões. A rede é um organismo certificador de produção orgânica, que se baseia na participação

coletiva dos agricultores por meio do Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC.

Em parceria com a Rede de Agroecologia Povos da Mata, o assentamento construiu o processo de Certificação Participativa, o que envolveu sua cultura e valores, com visões e regras impregnadas às crenças em torno da agroecologia. Além de estreitar laços entre os agricultores, permite aos consumidores aproximarem-se do processo produtivo.

A Rede é operacionalizada por unidades, que integram núcleos regionais e reúnem municípios do estado da Bahia, entre estes, o município de Ibirapitanga, ao qual está localizado o Assentamento Dois Riachões. Apesar de a Rede ser criada bem depois do assentamento, se tornou a base central para o desenvolvimento da agroecologia, pois, o processo de certificação orgânica é construído por meio de atividades agroecopedagógicas, no dia a dia dos agricultores.

As primeiras ações desenvolvidas para o surgimento da Rede de Agroecologia Povos da Mata, na região Litoral Sul da Bahia, surgiram por meio do empenho e esforço de inúmeros sujeitos, como os integrantes do movimento CETA e do Assentamento Dois Riachões.

Segundo o agricultor e técnico agrícola Wanderson Oliveira “a concretização da Rede só foi possível graças ao trabalho de consultoria de duas pessoas, a Fabíola e o Gustavo, que trouxeram instrução técnica e a experiência vivida na Rede EcoVida de Agroecologia, da região sul do Brasil”. Porém não tive tempo hábil para procurar e encontrar essas duas pessoas e obter mais informações.

A criação da Rede possibilitou que os próprios camponeses realizassem visitas e trabalhos coletivos tendo em vista a certificação participativa das comunidades camponesas. Fruto disto é o Selo Cacao de qualidade, que reconhece a qualidade dos frutos aos agricultores, ao mesmo tempo em que fornece garantia aos consumidores que procuram por consumo consciente e creem em hábitos saudáveis ao consumirem alimentos cultivados sem agrotóxicos e sem adubos químicos.

A certificação coletiva e participativa possibilita maior autonomia dos camponeses no processo de trabalho, como afirmam Carvalho e Costa:

Como os recursos sociais e os materiais disponíveis representam uma unidade orgânica, são apropriados e controlados por aqueles que estão diretamente envolvidos no processo de trabalho, tendo como referência um

repertório cultural local historicamente constituído. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 28).

O contexto e as características do processo de certificação são sintetizadas na monografia da camponesa Teresa Santiago.

A consolidação do processo de Reforma Agrária no assentamento, através de uma matriz agroecológica, destaca a complexidade de fazer agroecologia na forma de produção coletiva. É preciso o apoio dos trabalhadores e trabalhadoras, das mulheres que muitas vezes são quem decidem sobre a propriedade ser agroecológica. Só que dentro da agroecologia, as políticas públicas de um tempo para cá, entraram em declínio, então, foi preciso repensar a comercialização, sem o estado interferir e sustentar financeiramente a produção agroecológica, como por exemplo, o PAA. Agora se reformulando, foi necessária muita luta para fazer a comunicação entre o campo e a cidade, para poder escoar a produção e assim garantir a comercialização. Esse processo veio através da inserção da Rede de agroecologia, que com a certificação, trouxe muito trabalho e com isso, saiu do monocultivo do cacau para uma diversidade de trinta e três produtos orgânicos certificados. (SANTIAGO, 2019, p. 25).

Resultados das batalhas e esforços depreendidos nos últimos anos, com a gestão participativa de avaliação, no ano de 2017, o assentamento foi recompensado com a emissão do Certificado do Selo Orgânico Brasil pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Esse certificado assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. Vale lembrar que o método participativo possibilita que camponeses obtenham a certificação, o que não acontece no processo usual de certificação, por conta de alto preço, metodologia convencional e o excesso de burocracia.

2.5 Agroecologia como projeto político

O movimento social camponês se situa culturalmente na contemporaneidade, forjando respostas aos desafios da atualidade, tomada em sua totalidade social. Sua autocrítica e sua crítica à ordem burguesa no âmbito do seu modo de produção – relações sociais e com a natureza – vai levá-lo a formular diretrizes e ações que, sob a orientação científica da agroecologia, como fundadora de uma práxis comprometida com a “reconstrução ecológica da agricultura”, priorizam a soberania alimentar. (TARDIN, 2012, p. 185).

Em função das lutas sociais o CETA ampliou a sua concepção ao pensar um projeto político de agricultura para além da produção e comercialização, incorporando ao movimento a perspectiva agroecológica, possibilitando aos seus

acampamentos e assentamentos um processo de formação política, que faz despertar a consciência de ser camponês, que contribui para a consolidação do sujeito e para a formulação de um novo paradigma.

Afirmar que uma luta social produz e reproduz um movimento sociocultural que é maior do que ela mesma, significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas em uma sociedade: mexe com valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., enfim, provoca a reflexão da sociedade sobre si mesma. Por isto as ações de seus sujeitos acabam tendo um sentido histórico e uma influência política que extrapola o seu conteúdo específico, os interesses sociais imediatos, e a consciência política que produziu não somente as ações, mas seus próprios sujeitos. (CALDART, 1999, p. 12-13)

O movimento CETA trabalha no assentamento Dois Riachões uma concepção política por meio de uma formação que se dá na luta política, por meio de ações inseridas nos processos de formação do camponês, as quais se mostram como uma grande experiência a ser multiplicada.

Em um trecho de entrevistas o agricultor Clodoaldo Oliveira relata:

A gente não trabalha a agroecologia com a ideia de conceito teórico. O conceito teórico vem dar pra gente visibilidade daquilo que a gente faz na prática. Primeiro, a gente aprendeu na prática, depois a gente foi pra Academia. Como por exemplo, enquanto todo mundo pensava em produzir o cacau de qualidade melhorada, a gente foi além e pensou em produzir nosso próprio chocolate, pois fomos escravos do sistema coronelista cacauero por 270 anos. (OLIVEIRA, C. S. 2021).

Segundo o camponês Luciano Silva,

A gente trouxe o debate do que a gente conheceu com acesso à educação, com o campo, com os professores que a gente estudou e que compreendiam um pouco da agroecologia. A gente trouxe isso para o cotidiano. A gente confrontava nossa prática com a teoria e era bacana, porque a gente não fazia a teoria e ia para a prática. A gente levava a prática, a confrontava com a teoria e voltava para construir isso em nossas bases. (SILVA, 2021).

A partir do relato de Luciano Silva é possível perceber o quanto a educação é implementada no assentamento, e como servir de base nas discussões junto ao conhecimento popular na experiência prática, fato considerado fundamental para a tomada de decisões mais assertivas.

A respeito do universo do conhecimento, Lakatos e Marconi assim se manifestam:

O conhecimento vulgar ou popular, às vezes denominado senso comum, não se distingue do conhecimento científico, nem pela veracidade, nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo

ou o método e os instrumentos do “conhecer”. Saber que uma determinada planta necessita de uma quantidade “X” de água e que se não receber de forma “natural”, deve ser irrigada, pode ser um conhecimento verdadeiro e comprovável, mas nem por isso, científico. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 76).

A camponesa e educadora Jussinéia relata que a educação é uma vertente que ajuda o assentamento a tomar o caminho certo quando se trata da busca por direitos. E que a agroecologia é trabalhada no assentamento, principalmente, por meio da educação popular. De acordo com suas palavras: “A agroecologia passa pelas vidas das pessoas, deixando resultados bons e estes resultados são vistos pelas pessoas, quando olham para nós aqui no assentamento e não nos veem mais com um olhar preconceituoso, mas de pessoas que enfrentam dificuldades e podem ser exemplos a serem seguidos”.

O conhecimento agroecológico se estabelece no diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, entre a teoria e a prática, entre a realidade imediata e a totalidade social. Coloca os diferentes sujeitos: camponeses e povos originários e tradicionais, educadores, técnicos e pesquisadores em relação. Valoriza o conhecimento dos povos originários, tradicionais e comunidades camponesas, com o objetivo de construir, em diálogo com o conhecimento técnico-científico, saberes e experiências atuais que problematizam e transformem a realidade. A produção e a socialização do conhecimento agroecológico exigem uma pesquisa sistemática da realidade, com a contribuição efetiva dos diferentes sujeitos. (DIAS, 2021, p. 16).

Permeada pela educação, a agroecologia avança e muda a relação entre agricultores e natureza, perpassando da realidade individual às conquistas na realidade coletiva. Com a prática agroecológica foi possível proporcionar às famílias camponesas, uma conexão entre conhecimento popular e científico, além de influenciar as esferas educacionais, socioeconômicas e ambientais. Também oferece produtos com qualidade e quantidade, garantindo aos consumidores mais saúde por meio do consumo de uma alimentação saudável. O que pode ser observado na forma de circuitos locais de comercialização, que garantem que a produção de alimentos saudáveis seja acessível.

O Dois Riachões é um dos primeiros assentamentos do CETA a trabalhar a agroecologia na região sul da Bahia, o que proporcionou que outros indivíduos e comunidades seguissem seu exemplo, a agroecologia.

O percurso feito pelo assentamento para alcançar resultados satisfatório, assim é descrito pelo Camponês Luciano Silva:

Mas como os agricultores topam fazer uma transição agroecológica, se eles sempre trabalharam com convencional? Primeira coisa, crise de geração: uma galera jovem, que não sabe muita coisa da vida, vem ensinar a fazer a agricultura pra mim, que tenho 40, 50 anos de agricultura? Esse foi o primeiro desafio. Como é que a gente fez na metodologia? Fazer os modelos e testar. Fazer uma área sem uso do fogo, fazer uma área experimental, sem uso do defensivo A ou defensivo B. A gente foi testando e com isso, graças a Deus, a gente conseguiu avançar no processo agroecológico. (SILVA, 2021).

A partir da nossa participação nas rodas de conversas foi possível conhecer sobre a concepção de agroecologia dos agricultores. Assim, de palavra em palavra, notamos um compromisso por algo que é muito mais do que um método de cultivar sem agrotóxicos, como dito nas palavras de Rubens Dario: “A agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas. É preciso mudar esta concepção, pois, graças a uma pegada agroecológica, nós percebemos que podemos aprender cada vez mais.”

Rubens ainda acrescenta em entrevista:

Veja que, para nós, o assentamento não é apenas um modelo de assentamento de produção agroecológica. É também um modelo de assentamento de educação. A gente aqui faz a agroecologia acontecer, mas isso só é possível por causa da educação, então, a educação é parte da transição agroecológica. (DARIO, 2019).

A partir dessa reflexão é possível fazer algumas inferências específicas: plantar agroecologicamente é uma ação política, pois é possível ver na agroecologia que a identidade camponesa base para a transformação social refletida nas lutas em busca da garantia dos direitos fundamentais e sua intencionalidade política. Ainda em entrevista com Rubens Dario, quando este afirma:

Na agroecologia a gente percebeu que com agricultura também é possível pensar politicamente, através da educação popular. A gente faz do ato de plantar uma forma de ver a realidade que estamos inseridos. E aqui no assentamento, ajudou outras pessoas a ver, a perceber como o trabalho agroecológico está ligado às nossas vidas. (DARIO, 2019).

Graças a essa transformação social, o assentamento vem promovendo a construção de uma educação voltada para transição agroecológica, resultando em sustentabilidade ambiental, já que preserva a mata; econômica, pois os agricultores têm renda todo o ano ao cultivar variedades de plantas em todas as estações do ano saindo da monocultura do cacau que colhiam apenas uma ou duas vezes por ano; e social já que buscam melhores condições de vida sem precisar sair do assentamento como nos mostra Paulo Freire,

Se antes a transformação social era entendida de forma simplista, fazendo-se com a mudança, primeiro das consciências, como se fosse a consciência, de fato, a transformadora do real, agora, a transformação social é percebida como processo histórico. (FREIRE, 1990, p. 30).

Se antes a agricultura era centrada na monocultura, antes pensava-se em um modelo de agricultura predatória, agora o que se vê é um esforço para plantar sem desmatar com consciência ambiental e política. Agora já não é possível plantar sem preservar.

O reconhecimento dos benefícios da transição agroecológica no assentamento não se restringe ao campo social. Tem um sentido ainda mais amplo, que vai da ciência até a ideologia de uma comunidade solidária, que mantenha o respeito tanto ao conhecimento das gerações antigas, quanto ao da juventude, sendo este o principal grupo responsável pela dinâmica agroecológica no Assentamento Dois Riachões.

Para Edvaldo Santos (Biscó), agricultor, é uma recompensa trabalhar com agroecologia, como declara em das entrevistas:

Só em trabalhar produzindo com agroecologia, já ganhei uma qualidade de vida. Sou da região, sou produtor, mas nunca trabalhei com horta, eu não sabia o que era isso, pois, quando vim para o movimento CETA eu não sabia nem fazer uma leira de coentro. Teve um dia que me bati o dia todo, até que um companheiro chegou e me disse como era, pois nunca tinha feito curso. Aqui eu aprendi, já que aqui um ensina para o outro. Então, trabalhar para fazendeiro, não tem essa formação que tive aqui. Porque o movimento social não é só você trabalhar, é saber que tudo que planto é bom para saúde e bom para a natureza e que posso aprender, ensinar e participar de cursos. Hoje, eu tenho certificado, nem só orgânico, pois já fiz curso como se produz orgânico. Com este aprendizado, nós não precisamos comprar nada fora, usamos tudo que já temos aqui, como por exemplo, usamos como adubo a matéria orgânica que fica de mato, madeira e que não enfraquece a terra como o fogo faz, pois mata várias espécies de animais e plantas que tem no solo, como por exemplo, as minhocas. (SANTOS, 2021).

Na fala de Biscó informa que, quando chegou ao assentamento, já existia agroecologia. E que a agroecologia foi uma grande ajuda para o processo de amadurecimento e aprendizado dele, pois sempre trabalhou nas roças de cacau dos outros. Assim, quando chegou ao assentamento ouviu falar que era possível cultivar outras culturas e não somente o cacau. Nesse relato declara que quando ingressou no assentamento já havia ali a prática da agroecologia e que, com os conhecimentos que outras pessoas trouxeram foi ganhando amadurecimento e aprendizado de novos princípios de plantação. Diz também que sempre trabalhou

nas roças de cacau dos outros, assim, quando chegou ao assentamento, ouviu falar que era possível cultivar outras culturas e não somente o cacau. Então, tentou plantar uma leira de coentro e não conseguiu, por não saber como fazer. A partir desse exemplo, ele reafirma a importância da agroecologia para seu trabalho e para a descoberta de diferentes formas de cultivos.

O que podemos perceber no relato de Clodoaldo Oliveira em das entrevistas, mais conhecido como Neto.

É preciso acreditar na agroecologia. Há no assentamento, vários exemplos onde as pessoas partilham conhecimentos significativos, mediados pela transição agroecológica. Um exemplo bastante emblemático é a história de um agricultor que tinha esquecido ou não sabia como cultivar coentro, não sabia o processo de fazer as leiras, o canteiro. E esse processo de reaprender a plantar só foi possível graças à Educação Popular, por meio de um trabalho pedagógico de partilha de saberes. (OLIVEIRA, C. S. 2020).

Por meio de um trabalho diário, que os agricultores vão ensinando e aprendendo sobre a natureza numa perspectiva econômica, mas também ecológica ocorrendo de forma organizada, entre os acampamentos e assentamentos e às vezes de forma eventual, como é o caso de um agricultor, que com a ajuda de outro agricultor, aprende a fazer a leira de coentro e, a partir daí, aprende a cultivar diversas espécies de hortaliças.

Tanto nas entrevistas, quanto na observação direta e mesmo com a suspensão das assembleias, em um primeiro momento, como medida de contenção à circulação do vírus da Covid-19, foi constatada a organização política do assentamento como base responsável por desenvolver a concepção de identidade sócio histórica, para o processo de formação de sujeitos políticos.

A agroecologia é articulada no assentamento como uma estratégia de valores pedagógicos, desenvolvida paralelamente com a educação, que é a principal bandeira de luta na área educacional. Uma educação realizada no campo, oriunda do campo e feita para os povos do campo.

Uma das grandes realizações da agroecologia no assentamento é servir como suporte complementar aos agricultores que estudaram áreas afins, podendo ainda assumir caráter extraclasse para aqueles que ainda estudam, seja na Educação Básica ou na Educação Superior, reforçando a ideia de que o processo da agroecologia como projeto político.

O assentamento, ainda na fase de acampamento, começou a propor alternativas ao modelo hegemônico. Uma dessas alternativas foi o direcionamento do movimento CETA à valorização do camponês, por meio da educação.

Um acampamento é um local de construção de cultura política.

O acampamento é, reconhecidamente, um espaço privilegiado de formação dos futuros assentados, de projeção de como será o assentamento, partindo da organização da produção e chegando aos aspectos sociais, da moradia, da educação, da organização dos espaços comunitários. (GASPARIN; WITCEL; SANTOS, 2021, p. 25).

Depois de configurado como Assentamento Dois Riachões, os agricultores do assentamento continuaram a desenvolver a agroecologia como projeto político, o que foi possível graças às lutas por programas de compra de alimentos dos governos, principalmente do governo federal.

Para uma atuação significativa nas lutas no campo foi fundamental a luta por uma educação como principal vertente de encaminhamento para a educação no assentamento como por exemplo o Pronera. As atividades organizam-se em ações onde o trabalho se apresenta como estratégias de inclusão social, em modalidade de oficinas de arte, ou aludindo à reflexão e ao esforço escolar para atingir objetivos em comum, como podemos ver no trecho de umas das entrevistas concedida pelo o agricultor Clodoaldo Oliveira Neto:

[...] e nesse processo, percebemos que duas coisas caminham juntas: primeiro o trabalho coletivo em mutirão e, junto com isso, a educação. É preciso reaprender pela partilha do conhecimento! O conhecimento aqui é o que cada um sabe e a educação popular nos ajuda a contar nossa própria história. (OLIVEIRA, C. S., 2020).

O agricultor Luciano Silva, natural de Ubatã, sul da Bahia, é pai, filho, esposo e estudou no curso Técnico em Agropecuária Sustentável pelo PRONERA. Ele conta que ainda muito jovem vivenciou as experiências dessa educação. Ele é um dos que por meio da educação trouxe para o assentamento conhecimentos científicos adquiridos em cursos técnicos ou de graduação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Ele relatou, em uma das entrevistas que me concedeu, sua experiência com o PRONERA e declarou que:

Conhecer e ter acesso ao PRONERA foi muito importante para nós do movimento CETA e principalmente do Assentamento Dois Riachões, já que este programa cumpre uma função social muito importante, de incluir os/as jovens agricultores/as camponeses/as, quilombolas, indígenas e outros povos do campo, nas escolas técnicas e universidades. (SILVA, 2019).

Capítulo III - As práticas educativas que vão da nova Cabruca ao chocolate.

3.1 Racionalidade coletiva

“Afagar a terra; Conhecer os desejos da terra; Cio da terra, a propícia estação; E fecundar o chão”. (O cio da Terra. Chico Buarque & Milton Nascimento, 1977).

A letra da música nos remete a pensar a relação da agricultura camponesa com a natureza, a partir da qual, buscamos conhecer a história da transição agroecológica no Assentamento Dois Riachões tecida por uma racionalidade permeada na vida dos agricultores.

As relações educativas ocorrem no contexto de disputas nas quais o camponês do Assentamento Dois Riachões ressignifica o processo educacional envolvidos com a compreensão da realidade do assentamento. Essas relações acontecem em vários espaços do assentamento, tanto nos encontros organizados como no cotidiano do assentamento, no qual há valorização dos saberes.

A escola é um desses espaços onde as relações educativas são promovidas, pois é a partir de como o conteúdo é passado pela professora, ou com qual intensidade esse conteúdo é passado para as crianças do assentamento que tornará viável a incorporação de uma educação agroecológica e, assim, ao discutir, também, a realidade local do camponês e seu modo de reprodução na escola, as crianças já fazem suas primeiras reflexões acerca da transição agroecológica. A compreensão dessa realidade pode ser percebida em outra entrevista com Jussinéia:

Nós participamos de tudo que é referente à educação, até do processo de escolha da professora que vem dar aulas para as crianças do assentamento. Já que para nós é muito importante que a professora tenha compreensão da realidade do assentamento, saiba da nossa luta e esteja contextualizada com nossa história, pois a educação é nossa principal luta contra as injustiças sociais provocadas pelos latifundiários. A escola tem esse papel de discutir a realidade e nossa realidade insere a agroecologia. (DAMARO, 2019).

Essa participação da comunidade com a escola sugere práticas educativas no assentamento que vão sendo incorporada por uma racionalidade que aos poucos torna-se referência na organização social, realizada junto às pessoas, que somando aos preceitos da educação torna se base para a transformação do modo de agricultura tradicional, para práticas que proporcionam a formação do assentamento.

De modo geral, a participação dos agricultores na dimensão educacional enfatizaram a racionalidade direcionada à prática agroecológica que emerge no fazer coletivo, por meio das atividades diárias, como diz o agricultor Wanderson, conhecido como Bode:

Aqui eu consegui atribuir sentido ao que aprendi no curso técnico. Percebi na prática que a agricultura não prescinde do conhecimento intelectual, mas é a agricultura que reflete a prática para a construção da teoria. Aqui no assentamento, o saber acadêmico não é mais importante que os outros, é mais um conhecimento que pode contribuir na vivência coletiva e abrir espaços para outras ideias que emergem das vivências do dia a dia. (Oliveira. W. J, 2021).

A racionalidade coletiva é um ponto referencial que resulta da participação e organização social dos camponeses, o que se torna mais evidente num contexto de pandemia, devido à troca de saberes entre esses agricultores, apresentando como uma experiência concreta em tempos de isolamento social. Essa racionalidade faz com que o Assentamento Dois Riachões seja uma referência de luta e resistência, com uma concepção educativa e política de abordagem agroecológica.

Muito se diz da aproximação da agricultura camponesa com a agroecologia. Ampliando esse entendimento, podemos compreender também a aproximação das camponesas e dos camponeses aos processos de transição, muito mais do que nas propriedades dominadas pelo agronegócio. A partir de Camargo (2007) destacamos que se faz necessário utilizar a racionalidade do campesinato na construção da transição agroecológica, olhando para a forma como os camponeses e as camponesas tradicionalmente se relacionam com a terra. Do contrário, corre-se o risco de um “agronegócio orgânico”, igualmente predatório e antiecológico, direcionado a um nicho de mercado elitizado. (GAIA e ALVES, p.771).

Ao utilizar a racionalidade coletiva os agricultores aproximam as pessoas em torno de uma agricultura fundamentada na agroecologia no Assentamento Dois Riachões. Essa aproximação possibilitou aos agricultores desenvolver uma dinâmica coletiva com outras dimensões além do trabalho e assim promover os princípios da agroecologia no assentamento, criando condições necessárias para

que este se torne uma comunidade produtiva, com outras dimensões que não exclusivamente a econômica.

No polo da produção, a agroecologia se expressa material e socialmente em um amplo espectro de sujeitos coletivos do campo, das florestas, das águas e das cidades, portadores de múltiplas identidades socioculturais e territoriais. A agricultura familiar camponesa, os povos indígenas, os(as) quilombolas e uma miríade de povos e comunidades tradicionais formam um rico e diversificado segmento da sociedade brasileira, portador de racionalidades próprias de organização do trabalho, de gestão dos bens naturais e de divisão da riqueza social. Essas racionalidades se traduzem em práticas autônomas de reprodução social ancoradas em conhecimentos e modos de vida que em nada se coadunam com o utilitarismo economicista e o individualismo competitivo próprios da economia política do agronegócio. (PETERSEN e ALMEIDA, 2021, p.135)

Os agricultores potencializaram a racionalidade coletiva no assentamento com trocas de saberes no processo agroecológico, que ao fomentar outros diálogos propiciaram novos saberes, que de modo interativo promoveram uma maior participação na organização do trabalho quanto na gestão dos bens verificada nas práticas e experiências cotidianas como por exemplo as reuniões para planejar e também reuniões para organizarem o que e por quem seria cultivado cada produto para comercialização.

Essas reuniões aconteciam, geralmente, no final da tarde, nesta era discutido a quantidade de produtos que seria necessário como por exemplo banana ou alface. A depender da quantidade estipulada pelo grupo do quanto seria necessário para comercializar nas feiras agroecológicas, quanto cada agricultor teria disponível.

Geralmente, por volta das 17:30 quando o sol já estava se pondo, nas noites de quartas-feiras, que os primeiros agricultores começavam a chegar com os frutos do seu trabalho. Cada um trazia o que colheu naquele dia para formar as cestas que é um modelo de venda onde os alimentos da época são pré-selecionados, formam uma espécie de cesta que os consumidores compram, por aplicativos de celular e vão retirar nas feiras agroecológicas. Depois de formar todas as cestas, os alimentos que sobram vão ser vendidos nesta mesma feira.

A racionalidade possibilitou maior entrosamento entre os agricultores e permitiu ao movimento assentamento motivar essas pessoas a participarem das reuniões, a trabalhar de forma coletiva e a serem sujeitos centrais na organização, manutenção e comercialização nas feiras agroecológicas. Esta última ação, ainda, desconstrói a dependência do agricultor com o atravessador, pois a figura do

atravessador gerava um preço baixo para o agricultor que fornecia o alimento e um preço alto para o consumidor final.

Com a racionalidade coletiva foi possível aos agricultores organizarem-se em prol da efetivação e manutenção das feiras agroecológicas, que são espaços ou locais públicos onde, pelo menos uma vez por semana, os agricultores comercializam seus produtos, uma espécie de feira livre, porém, além dos produtos orgânicos, é oferecidos aos consumidores oficinas com alimentos naturais palestras com temas diversificados relacionado aos povos do campo, o que inclui interação entre agricultores e consumidores.

O Assentamento Dois Riachões reorganizou seus setores de educação e produção, com reformulações na sua dinâmica relacional, promovendo formas alternativas de manejo, cultivo e comercialização da produção, imbricadas com uma racionalidade coletiva, aliada a inovações agroecológicas, acrescidas de reivindicações do movimento CETA, que são inseridas no contexto do assentamento.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação-pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida. A práxis agroecológica, baseada em um tipo particular de relação com a natureza e em uma racionalidade “mais ecológica”, tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva – o que às vezes acaba se traduzindo na identificação da agroecologia como “modo de vida”. (Fórum Internacional de Agroecologia, 2015 apud GUHUR, e SILVIA, 2021, p. 64,65).

Essa racionalidade a qual estamos nesse estudo, é uma aproximação com a idéia de coletivo compreendida no MST a partir da definição de Santos (2013, p. 272), que “A Racionalidade Coletiva representa um novo estágio de desenvolvimento na organização dos trabalhadores (MST), como estratégia de luta para se inserir, de forma mais digna, no sistema capitalista, visando, no futuro, superar esse sistema”.

A ideia de racionalidade está inserida também na forma de organização do CETA e aponta que a educação popular é base para organização e direcionamento dos seus dirigentes, gerando condições de participação para todos nos processos decisórios e como forma de reivindicação do movimento, o que caracteriza uma

representação democrática, a partir da ideia de racionalidade coletiva, porém esta ideia pode ser utilizada para outros fins.

Porém, não se pode deixar de observar, que se tiver alguma localidade que essa Racionalidade Coletiva for cooptada pelo capital, por ser constituída de muitos militantes, que reproduzem as discussões e definições do coletivo e for utilizada por estes, com o objetivo de manipular e cooptar os trabalhadores, com o intuito de conquistar objetivos individuais, a tal Racionalidade Coletiva, também, pode representar um perigo para a emancipação social da classe Trabalhadora. Nesse sentido, não seria a negação do sistema capitalista, mas sim, um consenso mediante uma práxis fetichizada da realidade, que cria um pensamento comum por meio da projeção na consciência dos sujeitos, de determinados objetivos ideológicos individuais, que não são os do coletivo, mas de um grupo específico. (SANTOS, 2013, p. 296).

Uma das lideranças no assentamento, Luciano Silva, nos diz em entrevista que o Assentamento Dois Riachões segue três direcionamentos do movimento CETA, a saber: diálogo, conscientização e libertação. Percebemos, a matriz freireana em tais princípios explicitados a seguir.

Pelo diálogo, é concebido no assentamento um processo de partilha de saberes, no qual todos ensinam ao mesmo tempo em que aprendem, ou seja, o diálogo promove descobertas coletivas, a partir de práticas compartilhadas. Como explica Freire (2014, p. 66), “a nossa capacidade de ensinar decorre antes de tudo da capacidade de aprender”.

No que concerne à conscientização, essa promove o desenvolvimento do processo de redefinição da própria identidade da Educação do Campo, que implica em transformações associadas a mudanças no modo de sentir, agir e partilhar seu modo de vida.

Quanto à liberdade, Freire (2003, p. 94-96) ressalta que as ações “devem estar centradas em experiências estimuladoras da decisão, da responsabilidade, ou seja, em experiências respeitadas da liberdade”. Experiências estas vinculadas ao processo de decisão dentro do assentamento, marcado pela autonomia, já que as lutas por liberdade não se exaurem com o acesso à terra e prosseguem em novas reivindicações.

Os pressupostos freireanos explicitados anteriormente, também, se mostram nas práticas e encontros de formação dos agricultores, em especial, nas discussões em torno de uma racionalidade coletiva.

A racionalidade coletiva é vivenciada nas formas atuais de organização, voltadas para a participação, enfrentamento e resistência nas lutas no campo por

direitos sociais e acesso à terra. A compreensão é de que o desenvolvimento da racionalidade coletiva no assentamento, implica em uma transformação social imbricada no modo de vida dos camponeses.

O movimento coletivo luta contra a influência de um modelo familiar patriarcal, e em favor do direito de oportunidade e igualdade para todas as pessoas do campo e assim acabou com a relação de comercialização e controle econômico por gênero, geralmente, o masculino e tirou, também, a figura do atravessador e apresentou outros modelos e configurações socioeconômicas.

A racionalidade de igualdade entre as pessoas no assentamento pode ser exemplificada através da comercialização dos produtos, que geralmente é gerenciada por jovens que teve acesso aos cursos técnicos ou de graduação, e agora esses fornecimentos são realizados por qualquer pessoa do assentamento, independentemente da formação acadêmica, não sendo necessariamente o que estudou. Essa racionalização apresenta uma democratização na organização, pois a tarefa pode ser realizada por qualquer pessoa da família, como por exemplo vó ou Vô.

Os resultados relatados só foram possíveis, graças à empreitada na racionalidade coletiva atravessada pela educação no processo da transição agroecológica, o que resultou no crescimento dos índices de desenvolvimento socioeconômicos mais justos, igualitários e autônomos entre as pessoas do assentamento.

3.2 Educação no assentamento

Sobre a educação no assentamento, Rubens Dario tem o seguinte entendimento:

A educação para nós é muito importante. Como alguns de nós estudam, fazem cursos técnicos ou curso superior, esse aprendizado é partilhado aqui no assentamento. Esse saber não é imposto aqui. Como eu disse, é compartilhado. Assim, ninguém sabe mais do que ninguém. Há compreensão de que os saberes são diferentes. Eu fiz curso técnico, faço curso superior, mas mesmo assim, todo dia, aprendo um pouco aqui no assentamento, principalmente aqui na horta. (DARIO, 2019).

A educação que os jovens adquirem nos cursos é partilhada por meio da educação popular. Os encontros, reuniões e assembleias são modalidades de

partilha do conhecimento prático, orientado para o trabalho coletivo e para a compreensão do contexto social e material do assentamento, o que permite uma integração da formação nesse assentamento. É uma forma de conscientização que se manifesta como elementos de luta, como uma maneira específica de compreender e comunicar suas percepções.

Alguns dos agricultores do assentamento não sabiam outras formas de cultivo. Era uma realidade difícil de acreditar, já que grande parte dos trabalhadores sabia trabalhar somente com o cultivo do cacau e, ainda assim, só fazia parte da cadeia produtiva. Essa realidade, onde as pessoas não sabiam cultivar outras culturas além do cacau, serviu de reflexão e ação para um grande desafio coletivo: por meio da educação reaprender a cultivar a terra.

Ensinar um agricultor a plantar? Pois parece algo estranho. Fazendo uma analogia à parábola cristã: como pode um homem velho nascer de novo? Essa foi uma das grandes dificuldades enfrentadas por nós, aqui no assentamento. Como ensinar um agricultor a plantar? Ainda que parecesse estranho, era a realidade no sul da Bahia, mais especificamente na região cacauzeira, por causa da influência e do interesse dos coronéis, que só ensinavam aos agricultores a trabalhar com cacau. (OLIVEIRA, E. S. 2020).

No início houve dificuldade em fazer com que agricultores mais velhos (idade) compreendessem a transição agroecológica como uma prática possível no assentamento. Pois questionavam como que era possível plantar sem utilizar agrotóxicos ou técnicas predatórias, como as queimadas, haja vista que alguns trabalhavam há mais de 40 anos na roça e nunca ouviram falar sobre a existência de diferentes formas de plantar e que poderiam plantar sem queimar a terra e sem colocar adubos químicos.

O primeiro passo foi conversar com agricultores para mostrar a importância do saber popular e entender o ciclo do cacau e a diferença do trabalho como era no latifúndio e como é agora no assentamento. No latifúndio era pago uma diária ao trabalhador (agricultor) que no final do mês ganhavam em média meio salário mínimo. O fazendeiro contratava um líder, conhecido como cabo de turma, que era responsável por fiscalizar o trabalho do grupo para garantir que ninguém chupasse as amêndoas do cacau. Os trabalhadores eram divididos em grupos e cada grupo ficava responsável por fazer, apenas, uma parte do ciclo, assim conseguia manter o trabalhador alienado sem conhecer a cadeia de beneficiamento das amêndoas do cacau para a comercialização.

A prática agroecológica no assentamento oportunizou aos camponeses conhecer do ciclo do cacau pela troca de experiência entre agricultores. Prática ganhou força com a observação da prática diária, e ano de 2014, quando jovens decidiram pela necessidade de inserir no cotidiano a visão técnica sobre a agroecologia e assim ampliar a presença da metodologia agroecológica, estes evidenciaram a partir da pedagogia do exemplo, e assim afastou de uma vez qualquer possibilidade de queimadas no assentamento.

No caso das organizações camponesas, observamos uma práxis agroecológica ou de transformação agroecológica articulada pela pedagogia do exemplo, práxis pedagógica própria do chamado Método de Camponês a Camponês (CaC) (MACHÍN et al., 2012). O fundamento epistêmico dessa perspectiva dialoga com a tradição do pensamento pedagógico latino-americano, inspirador de concepções de educação, de pedagogia, de sujeitos educativos e de projeto educativo para um porvir revolucionário. (BARBOSA; ROSSET, 2017, p. 13.)

Pelo o exemplo, os camponeses venceram as dificuldades, pois os que estavam trabalhando seus lotes de forma agroecológica insistiram na comparação entre os lotes e propuseram encontros para discutir sobre a agroecologia. Assim, a maioria dos camponeses obteve a compreensão dos ecossistemas, e somado aos seus conhecimentos acumulados nos cotidiano, que até então eram pouco valorizados, e assim evidenciaram que é preciso garantir educação em todas as áreas da vida, pois além de formar em todos os aspectos, busca inclusão social em bases de aprendizados alternativos como as assembleias, reuniões mutirões entre outras espécies de organização e aglomeração de agricultores no assentamento para superação das dificuldades comuns.

Com a integralização dos espaços de educação, como apontado na introdução deste texto, o assentamento interage os saberes à agroecologia, através da junção de práticas tradicionais com conhecimentos agroecológicos, articulando assim conhecimento ecológico e científico. A transição agroecológica compôs o debate que passou pelos processos de formação das bases da agroecologia, a partir da educação do campo como projeto político, que buscou consolidar a partilha de conhecimentos.

A configuração de uma educação para o povo do campo em seu sentido amplo, começa a ser abordada de forma mais intensa, logo as expressões “do campo” ou “no campo” destacam-se por expressar a identidade da educação do campo. De acordo com outro trecho da monografia da camponesa, Teresa Santiago

A educação pensada pelos moldes do sistema capitalista impõe uma perspectiva hegemônica do que é conhecimento e como esse deve ser ensinado e aprendido, além de desprezar o saber popular. Contra essa visão, justifica-se a necessidade de refletir e construir novos mecanismos de diálogo, através da Educação Popular, que tem o ser humano como protagonista do conhecimento gerado, no qual o saber perpassa pelo campo cultural, social, organizativo, produtivo e ambiental das comunidades campesinas. (SANTIAGO, 2019, p. 12).

A disputa por uma educação que siga as concepções de uma luta baseada em princípios educacionais, sendo apontada por Santiago (2019) como fundamental para a promoção da transição agroecológica, no fortalecimento de relações socioambientais e criação de novos mecanismos, que ajudem a desenvolver todo potencial do agricultor camponês, para que assim ofereça produtos saudáveis a preços justos aos consumidores.

A educação popular é significativa no assentamento, mas nós não abrimos mão da luta pela educação formal, pois essa continua a ser a principal bandeira de luta na área de educação. Eu sou um exemplo dessa luta e resistência. Toda a minha escolarização foi pelo PRONERA. Neste programa eu estudei aceleração da 5ª a 8ª série, de 2003 a 2005. Fiz também o magistério, de 2006 a 2010 e fiz ainda o bacharelado no curso de Direito, de 2013 a 2017. Atualmente faço pós-graduação em Questão Agrária, pela UFPE e pelo ENFF. (OLIVEIRA, C.S. 2020).

No período da colheita um grupo colhe os frutos com podão e outros recolhem do chão, colocando na cesta e levando para um local específico onde será quebrado e retiradas as amêndoas, colocadas em folhas de bananeiras estendidas no chão para escorrer o mel do cacau. Era um trabalho mecanizado e assim não tinha espaço para o aprendizado. Atualmente, é um processo feito de uma forma prática, na qual a mesma pessoa pode ser responsável por toda cadeia produtiva. Pois à medida que o agricultor cumpri uma etapa da produção ele já aprende a outra etapa de forma que já conhece toda a cadeia produtiva do plantio até chegar no ponto de comercialização.

O assentamento solicitou à prefeitura a reforma de uma das casas para que esta fosse usada como prédio escolar (uma casa com cerca de 50m².) que fica no assentamento e em seguida a associação e o movimento CETA solicitaram a ativação da escola. Com a escola dentro do assentamento é possível participar da construção coletiva de uma educação que fosse capaz de suprir as necessidades do campo.

A Educação do Campo é uma forma associativa de lutas coletivas, cujo

foco é a educação, mas que não se aparta de outras lutas pela vida que a precedem ou completam: terra, trabalho, cultura, alimento, saúde, participação política. Sua dinâmica inclui espaços de articulação dos sujeitos do trabalho do campo, entre si e com outros setores da sociedade. Tem organizado práticas educativas de realização em comum que, por sua vez, fortalecem a unidade política e organizativa, ampliam os sujeitos da construção para além do campo e reafirmam as finalidades e o sentido social da existência da Educação do Campo, em cada realidade que a exige. (CALDART, 2021, p. 355).

Essa escola além de aulas para crianças da pré-escola, fundamental I e II, possibilitou aos jovens e adultos do assentamento, que não puderam estudar na idade própria, buscarem aprender a ler e escrever no sistema regular de ensino por meio da Educação de Jovens e Adultos - EJA. E assim, esses agricultores não precisaram viajar vários kms de distância até a zona urbana para poder estudar, além de poder acompanhar na prática e ajudar no processo educativo considerando o tempo e ritmo da realidade do campo turmas de pré-escola e ensino fundamental.

O próprio trabalho, coletivo, da colheita do cacau no assentamento tornou-se espaço de aprendizado. Primeiro porque o professor do EJA da escola do assentamento é morador e agricultor no assentamento, logo os seus companheiros de trabalho na cabruca são seus alunos a noite. Então percebe-se que a hierarquia no conhecimento é balanceada, pois fora do espaço escolar não há professor e aluno, apenas agricultores onde compartilham sua mão de obra, experiências e conhecimentos. o que mais tarde, na aula de EJA pode se tornar tema da aula.

É assim que a cada etapa do ciclo, os agricultores aprendem um com o outro, e nessa troca de experiência somados à educação trazida pelos jovens, todo agricultor passa a ser um multiplicador do conhecimento. Sobre a parte do chocolate falaremos com mais propriedade mais para frente, logo depois de apresentar o SAF e a cabruca, onde fica as roças de cacau cultivadas debaixo da mata.

3.3 Dos SAFs à nova cabruca

Os agricultores do assentamento trabalham com Sistemas Agroflorestais - SAFs, manejo consorciado ao qual os recursos naturais são cultivados nas mesmas áreas, ou seja, no mesmo local que é produzido o cacau, que é uma árvore considerada baixa ou de médio porte, são cultivadas árvores grandes, que fazem sombra para o cacau, além de outras espécies de plantas, como palmeiras e

bananeiras. O que, além da produção, ajuda a preservar a floresta de Mata Atlântica, por isso, a denominamos nova cabruca.

O desenvolvimento do tema da conservação da biodiversidade por meio dos SAFs deve ser visto em um contexto integrado com o ordenamento territorial, considerando que a paisagem rural tende a ser uma matriz de retalhos de floresta remanescentes, sistemas agrícolas e agroflorestais, cercas vivas, quebra-ventos e árvores isoladas inseridos na paisagem regional. Esse mosaico de paisagem agroflorestal deve ser visto como reserva potencial de biodiversidade em si, conservação da capacidade produtiva do solo e produção de água em quantidade e qualidade de forma sustentável, com o consequente bem viver das pessoas do campo e da cidade. (FRANCO, 2021, p. 89).

Para Pereira et al. (1997), os “SAFs representam um conjunto de técnicas alternativas de uso da terra, que implicam na combinação de espécies florestais com cultivos agrícolas, atividades pecuárias ou ambas”. Porém, no contexto agroecológico, os SAFs são muito mais que um conjunto de técnicas visando a produção, pois além de contribuir para os arranjos produtivos, também.

Em uma perspectiva agroecológica, os sistemas agroflorestais (SAFs) ou agroflorestas são formas de uso da terra que combinam a produção de culturas agrícolas e/ou animais, com espécies florestais, simultaneamente ou em sequência, na mesma área. Esses sistemas buscam conciliar o aumento de produtividade e a rentabilidade econômica, com a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais. (FRANCO, 2022, p. 84).

Os princípios agroecológicos aplicados aos sistemas agroflorestais, o SAFs, exige um enfoque transdisciplinar, que há várias disciplinas em um projeto comum em planejamento que as relacione. Isso implica em uma abordagem que inclua, principalmente, a comunidade e a natureza, pois esta relação acontece de forma multidisciplinar, quando há mais de uma área de conhecimento. Entre as referências de SAF, a mais comum no assentamento é a de agroflorestas, que tem como principal característica a dinâmica do ecossistema florestal, na qual é trabalhada uma alta biodiversidade. Com esses aspectos relacionais com e sobre a natureza, trabalha-se com o conceito de sistemas agroflorestais, que são desenvolvidos pelos agricultores, como uma prática viável de trabalhar na agricultura, sobretudo no sistema denominado cabruca.

A cabruca consiste em fazer o raleamento da floresta nativa ou um bosqueamento (inclusive retirando madeiras nobres), eliminando a vegetação de menor porte e mantendo o predomínio das árvores de grande porte, e introduzir as plantas de cacau. Esse sistema permite a conservação da camada de matéria orgânica sobre o solo, mantendo a

ciclagem de nutrientes naturais da floresta, mantendo um ambiente saudável e um conforto fisiológico bom para o cacau, eliminando, assim, o grande uso de insumos externos. (FRANCO, 2021, p. 88).

No assentamento a biodiversidade é uma característica que descreve a cabruca. Pois, através do cultivo do cacau que aproveita a sombra produzida pela copa das árvores, em sua maioria espécies nativas, o assentamento investe esforços para a ampliação e manutenção da cabruca, pois a estrutura da cabruca apresenta uma forma heterogênea e por isso é sinônimo de biodiversidade.

Antes do fruto do cacau brotar, é preciso que existam condições apropriadas para o crescimento e desenvolvimento do cacauzeiro, envolvendo o clima, o ar, a água e a terra. A partir dessas condições naturais ou provocadas pela ação humana é que surge o cultivo do cacauzeiro e entre estas condições favoráveis está o sistema cabruca, que é um sistema agroflorestal, em que o cacauzeiro fica sob a sombra produzida pelas as copas das árvores. Esse sistema ajuda a diversificar a área de atuação e aumenta a variedade da produção, além de oferecer condições para o desenvolvimento do cacauzeiro.

Além dos sistemas e das propostas sistematizadas e surgidas mais recentemente, podemos citar também formas tradicionais, nas quais agricultores, em diversos contextos sociais e ecológicos, buscaram introduzir e manter as árvores em seus sistemas de produção, obtendo bens e serviços ambientais. Um exemplo é no sul da Bahia, onde temos florestas manejadas pelo ser humano há muito tempo e onde existem cacauais sombreados de forma tradicional, chamados de sistema cacau-cabruca. (FRANCO, 2021, p. 88).

Baseado nos princípios de preservação da natureza, a cabruca representa contextos sociais que lutam contra o desmatamento e pela manutenção das agroflorestas, além de discutir sobre a variedade de alternativas que um sistema cabruca agroecológico pode oferecer.

Observa nas falas de alguns agricultores a crença de que o principal objetivo do cabruca é proporcionar sombreamento aos cacauzeiros, mas outros mostra por meio da educação que a cabruca não se restringe apenas a função de sombreamento, pois além do sombreamento a cabruca favorece um solo mais fértil com suporte à vida subterrânea o que resulta em uma maior diversidade de plantas, o que aumenta, também, a diversidade de espécies animais.

A cabruca é sinônimo, também, de educação ambiental, pois proporciona o cultivo de várias árvores, de pequeno, médio e grande porte, sendo muitas dessas

de frutos comestíveis e de valor comercial como são as laranjeiras, abacateiros, cupuaçuzeiros, bem como, cajazeiras, mangueiras e a jaqueira.

Por essa razão, os agricultores do assentamento se contrapõe a ideia do principal órgão especializado na lavoura do cacau, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, que defende a ideia do plantio do cacau em pleno sol, o que permitiria cultivar os pés de cacau sem a necessidade das sombras das árvores, impulsionando o desmatamento na Zona de Mata Atlântica, já que sem a necessidade da sombra da copa das árvores, essas árvores serão derrubadas para venda da madeira e para dar espaços para plantação de novos pés de cacau.

Essas considerações apontam que a cabruca é importante para os cacauzeiros, e também para a conservação da zona de Mata Atlântica.

A luta pela manutenção da cabruca em prol do novo modo de “cabruca”, termo que os agricultores do Assentamento Dois Riachões usam para se referir ao modo de como trabalham a mata, faz crescer o interesse pela maneira de cultivar a terra, pois enquanto os agricultores esperam o período da colheita do cacau, plantam outras culturas como feijão e milho, bananas e hortaliças, o que faz o tempo de espera pela produção do cacauzeiro, também ser produtivo, estendendo a produção de alimentos na cabruca durante todo ano por meio dos consórcios os quais nos referimos no início deste capítulo.

Arroz deu cacho e o feijão floriô; Milho na palha
coração cheio de amor.

Povo sem terra fez a guerra por justiça; Visto que
não tem preguiça, esse povo de pegar; Cabo de
foice, também cabo de enxada; Pra poder fazer
roçado e o Brasil se alimentar.

Arroz deu cacho e o feijão floriô; Milho na palha
coração cheio de amor!

Com sacrifício, debaixo da lona preta; O inimigo
fez careta, mas o povo atravessou; Romperam
cercas, que cercam a filosofia; De ter paz e
harmonia, para quem planta o amor.

Arroz deu cacho e o feijão floriô; Milho na palha
coração cheio de amor.

Erguendo a fala, gritando reforma agrária; Porque
a luta não para, quando se conquista o chão;
Fazendo estudo junto à companheirada; Criando
cooperativa prá avançar a produção.

Arroz deu cacho e o feijão floriô; Milho na palha
coração cheio de amor. (Floriô, Chico César, s.d).

3.4 A colheita do chocolate

A produção do chocolate começa com a manutenção e limpeza da mata, que é, basicamente, cortar e capinar parte do mato que cresce em volta dos cacauzeiros, pois algumas plantas ainda que seus frutos não tenham valor comercial, algumas podem servir para indicar a saúde do solo, outras para oxigenar solo.

Capina seletiva consiste em selecionar as espécies que surgem espontaneamente no sistema, capinar com enxada, incorporando-as ao solo quando indesejadas. É importante, neste momento, interpretar o motivo pelo qual tais espécies apareceram no sistema, assim estas plantas espontâneas deixam de ser problemas e passam a ser indicadoras. A guanxuma (*Sida rhombifolia*), por exemplo, muitas vezes indica pontos de compactação do solo. (FRANCO, 2021, p. 87).

Após a limpeza da mata a poda ajuda numa melhor distribuição dos galhos, no qual vão brotar os frutos, como também não permitir que o cacauzeiro fique muito alto, o dificulta a colheita. Assim, a poda permite modelar o cacauzeiro a um tamanho mais apropriado segundo o distanciamento entre cada cacauzeiro, que é de aproximadamente 3 metros.

Permite ajustes fundamentais no crescimento das árvores e a acumulação no solo da matéria orgânica podada; dinamiza o sistema, renovando as plantas velhas e impulsionando as plantas em crescimento. As podas podem ser feitas com a intenção de ajustar o estrato adequado de cada indivíduo, ou para melhorar a produção de frutos, ou ainda para incorporar matéria orgânica ao solo. Além disso, serve para abrir luz para estratos mais baixos, e diminuir a competição por água em épocas de seca. (FRANCO, 2022, p. 87).

Só após esses processos que a seleção dos frutos acontece. Tal processo de seleção, fundamental na separação dos frutos, é feito com o máximo cuidado para que a ponta do podão ou do bisco, ferramentas cortantes, não ferir os frutos durante a colheita, pois os frutos quando são feridos pedem qualidade.

Fig.3 - Colheita do cacau.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Após o processo de colheita, que é denominado bandeira, e com os frutos organizados em rumas, é necessário que estes ainda permaneçam na roça, por um período máximo de 24 horas, para então serem quebrados, que é o ato de abrir o cacau e retirar as amêndoas.

Fig. 4 - Ruma de cacau.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Depois que é feito a bandeira, o cacau é quebrado (aberto) com o uso de um pequeno facão denominado bodoco e as amêndoas são retiradas, manualmente, e organizadas em rumas sobre folhas de bananeiras, por onde a polpa, que é

conhecida como mel de cacau, escorre, sendo aparada dentro de um balde com capacidade para 20 litros, inserido em um buraco cavado no chão, com a finalidade de armazenar este mel. Essa fase de deixar o cacau em repouso para escorrer o mel é opcional, pois alguns agricultores têm uma espécie de prensa artesanal que acelera a retirada do mel, e para quem usa essa prensa o cacau já é quebrado diretamente na caixa.

Fig. 5 - Quebra do cacau.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Fig. 6 - Descarregar amêndoas do cacau



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Depois de quebrado e retirado as amêndoas, o cacau é transportado da roça para a sede (nome comum do principal agrupamento de casas, onde geralmente encontramos toda a estrutura para o beneficiamento das amêndoas), do assentamento.

Fig. 7- Colocando as amêndoas do cacau nos panacuns para transporte nos animais.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Fig. 8 - Transporte das amêndoas de cacau para a sede.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

As amêndoas são recolhidas e colocadas em panacuns (cestos grandes de colocar cacau mole, usados na região Sul da Bahia, conhecidos também como caçuá), pelos quais são transportadas no lombo dos burros e jegues, para a sede do assentamento, onde encontram-se o cocho, a estufa e a fábrica de chocolates. Já na sede, as amêndoas são colocadas no cocho, onde passam pelo processo de fermentação.

Fig. 9 - O cacau chega à sede.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

A fermentação é uma das etapas onde mais se percebe a influência da educação na formação dos agricultores, pois onde antes era um processo artesanal no qual só colocava as amêndoas no cocho e esperava a fermentação, hoje esse processo tornou-se uma técnica carregada de conhecimento científico como podemos notar pela descrição do processo de fermentação das amêndoas para a produção do chocolate, na qual as sementes de cacau repousam no cocho por sete dias consecutivos, onde a primeira revirada ou troca de cocho é realizada em 48 horas, seguida por uma nova revirada a cada 24 horas, até completar o tempo necessário a uma fermentação adequada.

Fig. 10 - Cocho onde as amêndoas do cacau permanecem por sete dias.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Durante a fermentação, a temperatura do cocho é aferida, para que possa ser devidamente controlada, sendo que as sementes ali depositadas perdem sua capacidade germinativa, transmutando-se de fato de sementes para amêndoas.

Fig. 11 - Cacau no cocho.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

O caldo que escorre do cocho não é mais descartado na natureza de qualquer forma. Atualmente, os agricultores cavaram um buraco no chão, onde foi inserida uma caixa com capacidade para 1000 litros, a fim de armazenar o chorume, até que este possa ser desprezado com segurança e sem grandes prejuízos à natureza ou reaproveitado de alguma forma. Os agricultores já estão aproveitando desse caldo para testá-lo como inseticida natural.

Decorrido o tempo nos cochos, as amêndoas são levadas para a estufa (local semelhante às grandes mesas ou barracas de feiras livres), onde são espalhadas em um lastro suspenso, cerca de um metro de altura do chão, para o processo de secagem. Uma vez espalhadas, as amêndoas são selecionadas e a sujidade, como folhas, pedaços das cascas do cacau e amêndoas de baixa qualidade são retiradas. Esse processo pode ser observado nas figuras 12 e 13.

Fig. 12 Cacau na estufa.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Fig. 13 - Estufa solar.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

Segundo os agricultores, o processo completo de secagem das amêndoas leva em média 7 dias, de acordo com a estação do ano — inverno ou verão. Após estar seca, a maior parte destas amêndoas é embalada e identificada com nome e lote do produtor (a). A outra parte é destinada à produção de nibs e doces caseiros, como a cocada de cacau e o chocolate.

Fig. 14 - Marca do chocolate produzido no assentamento.



Fonte: Documentário Dois Riachões - Cacau e Liberdade

3.5 Da Visita de outros agricultores ao assentamento

A transição agroecológica no Assentamento Dois Riachões tem motivado agricultores das redondezas e também de outras regiões da Bahia a se interessarem pela agroecologia. Exemplo desse interesse são as visitas de outras associações agrícolas, que vêm para conhecerem o trabalho agroecológico. O assentamento, ainda, recebe visitas de agricultores de outros assentamentos, acampamentos e regiões, que buscam conhecer sobre esse trabalho referendado nos parágrafos anteriores.

Visitas que são possíveis graças à organização do camponês nesse novo projeto de agricultura, que rompe com uma agricultura colonizadora e degradante, deixada por cultura marcada pelo coronelismo no sul da Bahia. Essa organização mostra a importância do camponês na luta por reforma agrária em um assentamento inserido em um processo de retomada de identidade de classe trabalhadora, que promove a formação de pessoa em pessoa, e que faz desse assentamento uma comunidade viavelmente capaz de promover sua própria

produção de alimentos ecologicamente sustentável e referência quando o assunto é partilha do saber. Nas palavras de Edvaldo Neves, em entrevista realizada no assentamento:

O povo vem de longe aprender com a gente, mas a gente também aprende com eles. Eu gosto de repassar o que eu sei, porque eu também não sabia. Foram os companheiros aqui que me ensinou. Agora sou eu que estou ensinando e essas pessoas que estão aprendendo aqui com a gente, também vão ensinar outras pessoas. (NEVES, 2021).

Esses intercâmbios, destacam-se entre as especificidades do assentamento, consistem em encontros planejados para receber agricultores de outras regiões da Bahia, e tem como objetivo trocar experiências sobre formas de produção e comercialização, nos quais grupos organizados, como movimentos sociais de luta por reforma agrária, associações e sindicatos de trabalhadores rurais dirigem-se ao assentamento para vivenciarem um dia de campo no assentamento.

As visitas dos agricultores são planejadas e agendadas com antecedência. Grupos de 20 pessoas em média, que vem em quatro ou cinco carros. chegam por volta das 07h00, da manhã, Durante os intercâmbios, quando um grupo de agricultores vem conhecer o trabalho agroecológico do Assentamento Dois Riachões, estes ouvem os relatos, contados pelos próprios agricultores do assentamento, sobre o processo histórico das lutas do movimento CETA e da Associação Dois Riachões. Esse momento possibilita compartilhar sobre a agroecologia e esse compartilhamento permite experienciar iniciativas com base nos princípios agroecológicos e preceitos educacionais.

O último encontro no assentamento, na forma de intercâmbio, entre agricultores do qual participamos ocorreu no dia vinte e seis (26) de novembro de 2021, no qual um grupo de agricultores de vinte (20) pessoas, do extremo sul da Bahia, veio conhecer o processo agroecológico. Processo esse que se inicia com o cuidado e preservação da natureza, seguido pelo cuidado com o solo e com as águas, e é finalizado com a comercialização com alimentos com qualidade e preços justos. Os resultados satisfatórios são mostrados aos visitantes mediados pelas próprias experiências de quem já produz de forma agroecológica.

No dia da visita de intercâmbio, as atividades são iniciadas por um café da manhã coletivo, com banana da terra cozida, aipim cozido, pães, bolos, café, leite, chá e sucos, tudo preparado pelas agricultoras do assentamento, além do café comunitário há também um almoço, essa alimentação é custeada pelo Valor que

cada visitante contribui. Após o café uma breve explanação sobre a luta para a formação do acampamento, de seu processo histórico e da função do movimento CETA.

Após a explanação o grupo é convidado a conhecer o trabalho da agroecologia e do plantio do cacau, realizado em um sistema, conhecido como cabruca. Em seguida, os visitantes são divididos em grupos menores e direcionados a diferentes locais, para conhecerem os processos da produção, envolvendo a colheita e o manejo das amêndoas. Ao fim de cada palestra, os grupos são alternados para que todos eles conheçam por completo a cadeia de produção.

Ao retorna à sede do assentamento, o grupo é novamente dividido em subgrupos, que serão, em momentos alternados, encaminhados para conhecerem a fábrica de chocolate, o beneficiamento do chocolate orgânico; o processo de fermentação das amêndoas e a estufa, onde é realizado o processo de secagem e seleção das amêndoas.

Os processos de troca de experiências têm como principal característica a organização e a formação educativa, realizada entre os próprios agricultores. Ainda que haja a participação e a contribuição de grupos de assessoria, os agricultores são os protagonistas da ação agroecopedagógica.

Terminadas todas as etapas, os grupos voltam a se reunir com moradores e membros de instituições técnicas, expondo suas reflexões acerca da visita e fazendo considerações sobre a agroecologia. Por fim, são feitos os agradecimentos e as sugestões.

Nesse intercâmbio, a principal ponte de aproximação entre agricultores e consumidores é a educação popular, pois cada agricultor que compartilha suas experiências, é necessariamente alguém que está inserido no processo de ensino-aprendizado, que independente de possuir diploma de nível técnico ou de graduação acadêmica, alguém que continua a aprender para continuar ensinando.

Durante a visita, constatamos a presença de agricultores que não sabem ler e nem escrever, porém, isso não foi motivo que os impedissem de aprender e de trocar experiências com companheiros diplomados em cursos técnicos ou de graduação, compartilhando, assim, seus saberes, de forma horizontal. e assim provar que o respeito à diversidade de conhecimento é base para uma educação comprometida com a realidade do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação foi fundamental para o desenvolvimento da auto-organização e luta pelos direitos fundamentais para garantir à vida com dignidade humana e justiça social. Assentamento Dois Riachões, o que resultou na criação e consolidação da racionalidade coletiva, o que por sua vez, impulsionou a agroecologia e a criação de laços e valores comunitários que ajuda na melhoria da vida humana que são parte do cotidiano do assentamento.

A auto-organização, no assentamento, se concretiza por meio da troca de saberes informais que atravessam o cotidiano dos agricultores, como também, pelas palestras, oficinas e cursos ofertados pelo CETA e nas reuniões formais para discutir, planejar e avaliar dimensões da vida em comunidade, como por exemplo, questões socioeconômicas, ecológicas e políticas. Assim, os assentados trabalham de forma coletiva e cada um colabora com o processo de autogestão, com o intuito de promover a produção e reprodução do assentamento.

A respeito da educação popular, esta acontece em encontros promovidos pelo CETA e, às vezes, pelo próprio assentamento a fim de planejarem suas atividades e aprofundar sua organização interna. A respeito da educação informal, podemos ilustrar sua importância por meio de uma cena que foi observada durante o café da manhã em um encontro, no Assentamento Dois Riachões, entre um grupo de agricultores visitantes, que vieram de outra região da Bahia para conhecer como o assentamento pratica a agroecologia. Enquanto estes agricultores aguardavam pelo café da manhã, dois agricultores, um assentado e outro visitante estabeleceram um bate-papo, em que o camponês falava da sua experiência com a agroecologia e logo o visitante sentiu-se confortável para falar da sua experiência como agricultor e das suas expectativas em relação à agroecologia.

Assim, diálogos espontâneos acontecem fora do planejamento e são importantes para estabelecer e ampliar outras formas de comunicação entre agricultores e visitantes, no assentamento, já que conhecer sobre conceitos relativos à agroecologia exige dos camponeses uma percepção sobre os processos que são referenciados a partir da própria realidade, tomando a vivência do assentamento como conteúdo problematizador da reflexão acerca da ação transformadora.

Há também diálogos com grupos de consumidores que visitam os canteiros de hortaliças; o assentamento organiza visitas, que são marcadas pela cordialidade na troca de saberes entre camponeses e visitantes consumidores, o que contribui com a propagação do conhecimento. Mesmo quando os encontros são previamente programados e organizados, nos intervalos entre os momentos de apresentação, palestras e mística, foi frequente a conversa entre convidado e agricultor, adicionando saberes sobre os assuntos discutidos nas palestras.

Esses diálogos oportunizaram ao consumidor reflexões sobre os alimentos, além da oportunidade de ver e ouvir quem realmente plantou, já que, muitas vezes, quem planta não é a mesma pessoa que vai à feira para comercializar os produtos, dado que, como já foi citado, o assentamento é composto por, aproximadamente, quarenta famílias e, por uma questão de logística, são escolhidos, em média, de dois a seis representantes dos agricultores.

O diálogo entre agricultores e consumidores têm como marca a horizontalidade na interação, o que facilita a relação de comunicação, uma vez que a educação popular se soma a outras metodologias de aprendizado. E devido ao estabelecimento dessa comunicação mais próxima entre diferentes pessoas, surge um intercâmbio entre quem fala e quem ouve, de forma que qualquer uma das partes tem o privilégio de falar o quanto desejam ou achem necessário, sem se sentirem inconvenientes. Rompem, assim, com a perspectiva de uma educação na qual quem tem mais títulos acadêmicos sabe mais do que quem tem menos.

A educação popular é diferente dos processos formais de educação como, por exemplo, cursos técnicos, já que o objetivo maior da educação popular é a partilha do saber e de suas respectivas adaptações, sem que os camponeses sejam obrigados a comprovarem que aprenderam sobre o tema.

Por isso, a educação popular pode ser considerada como uma prática que colabora no desenvolvimento da agricultura camponesa e que permite ao indivíduo ou grupo reivindicar direitos como a posse da terra ou cobrar a responsabilidade do Estado que, por meio de políticas econômicas distributivas, deveria zelar pelo desenvolvimento da região, almejando a conquista da autonomia do povo no exercício da cidadania.

A educação no assentamento foi peça importante para a transição agroecológica e para uma racionalização das etapas da produção, nas quais os agricultores aprenderam os princípios da agroecologia, por intermédio das

conversas com jovens que trouxeram conhecimentos de cursos formais, o que logo depois organizou-se na forma de encontros formativos sobre o tema.

A educação foi amplamente difundida no assentamento como uma ferramenta de conscientização e libertação contra as estruturas ideológicas de dominação. O assentamento trabalha com formação crítica e capacitações, que permite ao camponês ampliar sua capacidade de compreensão, que o ajuda a atuar com maior autonomia para a promoção do bem viver, em todas as suas dimensões.

A feira agroecológica é um dos locais onde os agricultores compartilham essa educação para os consumidores. É na feira que a formação ganha corpo nos diálogos. Na feira, ainda que seja em um momento planejado ou não, os conhecimentos dos agricultores são compartilhados com os consumidores.

No que diz respeito à dinâmica das feiras agroecológicas, verificou-se que o vínculo de confiança é um fator que aumenta o diálogo entre agricultores e consumidores e que esse vínculo gera princípios que se contrapõem a um distanciamento cultural, que anteriormente existia entre produtor e consumidor, nessa dualidade entre campo e cidade, na qual a pessoa do campo no senso comum estaria fadado a exercer apenas trabalho manual, o que se desmistifica, pois a própria organização da feira já é resultado do esforço intelectual dos agricultores.

A relação de confiança é fundamental para a superação de uma cultura dicotômica entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois, na transição agroecológica, o agricultor camponês sabe que estes se complementam e que estão interligados ao processo agroecológico, vinculando a prática do trabalho à valorização social.

Compreendemos que os consumidores não apenas conhecem os feirantes, suas famílias e o assentamento, mas também trocam saberes, já que, recentemente, as feiras agroecológicas são reconhecidas como uma prática social de intercâmbio e reciprocidade entre os saberes locais.

Os agricultores aproveitam os espaços das feiras agroecológicas como locais de inserção de bandeiras de lutas como por exemplo a luta contra injustiças sociais e o rebaixamento de direitos humanos vivenciados por muitas mulheres dentro e fora do assentamento, transformando-os em espaços de diversidade e compartilhamento dos saberes.

A luta pela terra pode significar novas configurações nas relações, em especial no Assentamento Dois Riachões, onde as lutas não terminaram com a conquista da terra. Essas novas configurações nem sempre se transformam em relações de igualdade entre as pessoas.

Ainda assim, podemos afirmar com segurança que houve um ganho na qualidade de vida das pessoas, conquistado através de suas lutas, por igualdade de tratamento e oportunidades no assentamento, além das ações do movimento CETA, resultando no reconhecimento do trabalho e na valorização das peculiaridades inerentes à pessoa, com suas formas de agir e organizar, bem como de interpretar a realidade que a circunda.

Concluimos que para a transição agroecológica acontecer de fato não depende apenas que os agricultores plantem agroecologicamente, ou seja, com respeito ao meio ambiente, é preciso envolvimento da comunidade. Por isso que a ação de plantar agroecologicamente no Assentamento Dois Riachões é um ato político, o que contribuiu para que os camponeses cumpram sua função social e se coloquem na disputa política contra a ideologia hegemônica dominante, com o objetivo de restaurar o bioma, oportunizando uma formação política contínua manifestada nas lutas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Territorialização da agroecologia na via campesina. AGROECOLOGIA, ed. Especial n. 39 p. 46-50, 2019.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Movimentos sociais e educação do campo na América Latina: aprendizagens de um percurso histórico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 22-48, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2819>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da via campesina CLOC, 2017. <file:///C:/Users/User/Downloads/EDUCACAO_DO_CAMPO_E_PEDAGOGIA_CA MPONESA.pdf> Acesso em: 06 jul 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL, 2018. Centro Integrado Florestan Fernandes. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/127725-centro-integrado-florestan-fernandes/sobre> Acesso em: 24 mar. 2019.

BRASIL, Decreto No 7.352, de 4 de novembro de 2010. 4 nov. 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 25 fev. 2020. BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro

de 1996. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CALDART, Roseli Salete. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23a reunião anual, v. 24, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo e Agroecologia: Encontro necessário. 3o Seminário de Agroecologia e 2o Seminário de EdoC do IFPE. Mesa “Educação do Campo: desafios e perspectivas”, setembro de 2020.

CALDART, Roseli Salete. A PEDAGOGIA DA LUTA PELA TERRA: o movimento social como princípio educativo.

CALDART, R. S. Educação de Campo e Agroecologia IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 355-360. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf Acesso em: 07/06/2023.

DIAS, A. P. et al. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 13-22. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf Acesso em: 07/06/2023.

FRANCO, Fernando Silveira. Agrofloresta – Sistemas Agroflorestais. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 84-89. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf

Acesso em: 07/06/2023.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez: autores Associados; 1990. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. À Sombra desta mangueira, Paz e Terra, 2021. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Sion: Institut International des Droits de 1o Enfant, 2005, 1-11.

GAIA, M. C. de M; ALVES, G. M. J. Transição Agroecológica. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 771-776. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
Acesso em: 07/06/2023.

GASPARIN, Geraldo. WITCEL, Rosmeri E SANTOS, Marina. Acampamentos e Assentamentos. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 23-28. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
Acesso em: 07/06/2023.

GUHUR, D. M. P. e SILVIA, N. R. Agroecologia. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 59-72. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
Acesso em: 07/06/2023.

JESUS, Jessica Santos. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) como instrumento de desenvolvimento do pré-assentamento Dois Riachões. 2015. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo, 2003.

MARQUES, T. G. M. Pé na Roça - Outro na Universidade: Experiências de Acesso e Permanência de Jovens Mulheres da Roça na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tese, Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte-MG 2019.

MARQUES, T. G. et al. O curso de pedagogia e a formação de professores para a educação do/no campo: uma análise a partir das falas dos estudantes. XI Seminário Internacional de LA RED ESTRADO – 2016.

MASCARENHAS, Ana Débora; SANTOS, Arlete; MARQUES, Tatyane. Agroecologia como princípio da educação do campo. In: SANTOS, Arlete; MATIAS, Geysa; BARBOSA, Lia; MARQUES, Tatyane. Educação do campo: políticas, sujeitos e movimentos. Curitiba: CRV, 2022, 97-112.

MARQUES, Tatyane. Educação do Campo: políticas, sujeitos e movimentos. Curitiba: CRV, 2022, 113-126.

MARX, K. O capital. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 9a Edição. Petrópolis: Ed.Vozes, 1998.

MOLINA, M. C;e A. Educação do Campo In. CALDART, Roseli Salete et al. Dicionário da. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, p. 587-595, 2012.

Perspectiva agroecológicas e curriculares nas escolas do campo: uma construção coletiva. 2019. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Agroecologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa/BA, 2019.

PETERSEN P. e ALMEIDA S. G. Articulação Nacional de Agroecologia. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 131-140. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
Acesso em: 07/06/2023.

Rede de Agroecologia Povos da Mata. Quem somos | Sobre a Rede. Disponível em:<http://povosdamata.org.br/sobre-rede/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SANTIAGO, Teresa Francisca Vieira. Operação de crédito para produtores de cacau da Bahia I AgroMais. Entrevistadora: Amanda Mutsafa. AgroMais, 28 jan. 2021. Entrevista concedida no programa de televisão “Agronoite” do canal “AgroMais”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bnxDnsaQ0Pg>. Acesso em: 11/03/2021.

SANTOS, A. R.; Oliveira, J. M. da Silva; Coelho, L. A. Orgs. Educação e sua diversidade. V.3 ed. Editus – Ilhéus BA, 2017.

SANTOS, A. R. Ocupar, resistir e produzir, também na educação! O MST e a burocracia Estatal: Negação e consenso. Tese, Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte-MG 2013.

SANTOS, A. R. dos; BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Apresentação do Dossiê Temático. Praxis Educacional, [S. l.], v. 13, n. 26, 2018. DOI: 10.22481/praxis.v13i26.2818. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2818>. Acesso em: 29/08/2020.

SANTOS, Eliane; SOUZA, Ronaldo; VIEIRA, Patricia;. A Educação do Campo na Perspectiva Agroecológica. In: SANTOS, Arlete; MATIAS, Geysa; BARBOSA, Lia; 2022.

SANTOS. T. R. CETA: nossa luta é justa e certa!” - formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009). Monografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador BA 2010.

SECULTBA <<http://www.cultura.ba.gov.br/>> Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, L. R; A Política Municipal de Educação do Campo em Vitória da Conquista - BA. No período de 2010 a 2017. Dissertação, PPGE/UESC Ilhéus-BA, 2017.

SOUZA, João. Nascimento de. Avanços e Retrocessos dos Programas Educacionais do Plano de Ações Articuladas (PAR) na Escolas do Campo de Município de Itagibá - BA. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Vitória da Conquista BA. 2020.

SOUZA, R. da P; CRUZ, C. R. F; ZAQUINI P. e CERR D. Educação em Agroecologia. IN. DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de agroecologia e educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021, p. 361-368, 2021. Disponível em:

https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf

Acesso em: 07/06/2023.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In. CALDART, Roseli Salete In. Dicionário da Educação do Campo. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, p. 178-186, 2012.

TEIA DOS POVOS 2020. Disponível em <https://teiadospovos.org/> Acesso em: 6 setembro, 2021.

ENTREVISTAS PRESENCIAIS

DAMARO, Jussineia N. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Mar. 2020.

JESUS, Rubens Dario F. C. de. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Mar 2019.

NERES, Iracilda Alves. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Mar. 2020.

OLIVEIRA, Clodoaldo Silva de. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Dez. 2019.

OLIVEIRA, Elismária Silva de. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Mar. 2019.

SANTIAGO, Teresa Francisca Vieira. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Jul. 2019.

SILVA, Luciano Ferreira. Assentamento Dois Riachões. Ibirapitanga, BA. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza. Dez. 2019.

ENTREVISTAS ON-LINE

SANTOS, Edvaldo Neves dos. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza em 11 de maio de 2021, pelo Google Meet.

SILVA, Luciano Ferreira. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza em 12 de março de 2021, pelo Google Meet.

OLIVEIRA, Wanderson Jesus de. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza em 10 de maio de 2021, pelo Google Meet.

OLIVEIRA, Clodoaldo Silva de. Depoimento concedido a Ronaldo Pereira Souza em 12 mai. 2021, pelo Google Meet.